

**CAPÍTULO 5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE AS
DIFERENTES FORMAS DE USO DA TERRA
CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS DA
“REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO CEARÁ**

A discussão sobre as formas de uso da terra ganha sentido no contexto das lutas no campo. Para **Martins**¹, as lutas no campo devem ser entendidas numa *concepção alternativa de direito*. Uma concepção de moral, moral camponesa, na qual o jurídico está enraizado em regras costumeiras. Nessa concepção,

“a luta pela terra não pode levemente ser confundida com uma luta em defesa da propriedade e da forma atual que o direito de propriedade reveste nesta sociedade. É antes uma clara luta pela terra de trabalho. (...) É a partir dessa concepção moral da terra, como instrumento de trabalho, que se desenvolveu nos últimos anos a concepção da terra como um bem comum. Essa concepção já estava embutida nas formas de vida de diferentes tipos de trabalhadores rurais nas diversas regiões brasileiras”.

As formas de uso da terra ou de trabalho na terra nos assentamentos pesquisados são determinadas em função da luta pela terra. Um projeto camponês concebido como alternativa de direitos: direito ao trabalho livre, direito de produzir o alimento para o consumo da família, direito de ter autonomia no trabalho e de por um fim na sujeição imposta pelo patrão. Assim, a apropriação camponesa se assenta no trabalho familiar na terra, o que difere sensivelmente da apropriação concebida pelos capitalistas e proprietários de terra rentistas que se assenta na exploração do trabalho alheio.

De acordo com **Martins**², “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro”.

Desse modo, no contexto da sociedade capitalista, a existência de formas não-capitalistas de uso da terra indica uma batalha constante: “é a terra de trabalho contra a terra de exploração, contra a terra de negócio”³. No caso do Ceará, a luta dos camponeses assentados contra o cativo, a expropriação e a exploração imposta pelo mundo dos proprietários de terra rentistas exemplifica essas formas de uso da terra.

¹ MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 100. Grifos do autor.

² Id. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 60. Grifos do autor.

³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 1991. p.114.

A concepção de terra como um bem, com diferentes formas de uso nas comunidades camponesas, é um tema recente nos estudos da Geografia Agrária do Brasil. Embora seja uma leitura fundamental no contexto da reprodução do campesinato nordestino.

A relação dos agricultores camponeses com a terra no Ceará apareceu como uma peculiaridade da economia camponesa nordestina. No sertão, a relação com a terra acontece regulada de maneira peculiar, respeitando a simultaneidade de diferentes modalidades de uso da terra, o uso comum da terra, o uso coletivo da terra e o uso individual (familiar) da terra e, ainda, a prática de ajuda mútua.

5.1- O uso comum da terra.

O uso comum da terra no Brasil se apresenta a partir de diferentes modalidades de uso comum: nas terras de preto, em terras de santo, em terras de índios, em “terras soltas”, entre outras formas. Essas modalidades de uso comum da terra, de acordo com **Almeida**⁴,

“(…) designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social”.

Desse modo, há, portanto, uma situação em que se evidencia uma predileção ao uso conjunto da terra em oposição ao uso individualista.

O desenvolvimento do capitalismo no campo favoreceu uma sensível valorização da propriedade privada da terra, vista como uma mercadoria capaz de gerar renda fundiária em vez de alimentos. Esse processo implicou a redução da quantidade de terras de uso comum no país.

⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: HÉBETTE, Jean & CASTRO, Edna. **Na trilha dos grandes projetos**. Cadernos NAEA 10. Belém: UFPA/NAEA, 1989. p 163.

Para **Campos**⁵, o desenvolvimento do capitalismo no campo favoreceu uma quase completa extinção das formas de uso comum da terra e de bens. Assim, resta pouco dessas terras hoje no Brasil, quando comparado com o que existia no século XIX e nos primeiros anos do século XX. Todavia, conforme o autor, “surgem novas formas de uso comum, ou, recriam-se outras que haviam praticamente desaparecido (...). Portanto, apesar da penetração das relações sociais e de produção capitalistas nos mais remotos lugares, há resistências, e aquelas não conseguem dominar o todo”.

O caso do uso comum da terra no sertão nordestino deve ser entendido como uma dessas resistências. Portanto, ele é de uma relevância ímpar na reprodução do campesinato em foco. De acordo com **Garcez**⁶, essa forma de uso da terra, no Nordeste, “é um costume mais que secular desenvolvido pelo homem do sertão, que lhe vem assegurando a sobrevivência como grupo, com suas práticas agrícolas e seus valores culturais próprios”.

O uso comum da terra nos assentamentos foi analisado a partir de elementos como o costume secular que fundamenta regras instituídas para além dos códigos legais do **direito positivo**, ou seja, pelo **direito costumeiro**, e a idéia de se conceber a terra como um bem de uso comum vista como uma estratégia de reprodução camponesa e a prática de resistência camponesa que se recria no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Nos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe, o uso comum da terra apareceu em duas situações diversas. No primeiro caso, o uso comum conjugando interesses internos e externos ao assentamento; e, no segundo caso, o uso comum da terra ligado aos interesses dos assentados.

No Ceará, o uso comum da terra conjugando interesses internos e externos ao assentamento é uma modalidade de uso que ocorre a partir das **pastagens comunais em “terras soltas”** no sertão. Essa prática tem sido regra vigente no cotidiano do sertanejo, desde o início do processo de colonização através da pecuária.

⁵ CAMPOS, Nazareno José. **Terras de uso comum no Brasil**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2000. p. 240/1.

⁶ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de pasto**. Bahia: INTERBA /SEPLANTEC /CAR, 1987. p. 15.

A expansão da pecuária favoreceu a visibilidade de práticas costumeiras arraigadas no cotidiano dos fazendeiros e desses com os camponeses no contexto das relações sociais do sertão. Na leitura de **Almeida e Esterci**⁷, essas “regras” passaram a um estatuto jurídico formal, “existentes em estado prático a partir do consenso dos grandes proprietários de terras em implementá-las, estas regras refletiam quesitos imprescindíveis para o desenvolvimento da pecuária no sertão”.

Os autores chamam atenção para dois pontos importantes na reflexão sobre o uso de pastagem comunal em “terras soltas”. Primeiro, a terra, mesmo estando sob o domínio privado, era disposta a um uso comum. E segundo, as práticas costumeiras, ou como escreveu Guimarães Rosa, as “leis de convivência” no sertão, estavam sendo valorizadas pelos fazendeiros, uma vez que passaram ao direito positivo.

Conforme **Moura**⁸, na luta pela terra, “o jurídico ampara e desampara os subordinados. (...) Consegue negar e ser negado. Uma dialética que leva ao reconhecimento cada vez mais do direito dos oprimidos”. Nesse processo, a tendência tem sido a destruição impiedosa dos códigos costumeiros. Eles conseguem se manter, porque são parte de uma contradição da sociedade moderna.

Marques⁹, ao analisar o modo de vida camponês e sua territorialidade no Estado da Paraíba, revelou a conservação e a redefinição de antigas formas não capitalistas de uso da terra. O uso comum dos pastos nas “terras soltas” e o cercamento das terras de agricultura, terras de trabalho, são formas de uso da terra que vêm garantindo livre acesso à terra àqueles que pertencem ao campesinato sertanejo em Ribeira. Para a autora, essas formas de uso da terra se revelam contraditoriamente no território camponês paraibano e passaram a ser mediada por uma territorialidade desejada pela própria comunidade.

O uso comum de “terras soltas” como prática secular na reprodução do campesinato sertanejo pode ser visto no depoimento da família camponesa que se segue.

⁷ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de & ESTERCI, Neide. **Terras soltas e o avanço da cerca**. Rio de Janeiro, Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. MN/UFRJ/IPEA, v. II. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977, p. 26.

⁸ MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 209.

⁹ MARQUES, Marta Inez M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. São Paulo: FFLCH- USP, 1994.

Sr. Antônio: - “Essa coisa de ‘terra solta’ é uma coisa antiga, do começo do mundo”.

D Maria: - “No começo do mundo, quando Deus, nosso senhor, criou o mundo, ele não deixou terra para ninguém. Ele não reservou terra para ‘seu ninguém’, ele não partiu terra para ninguém, era tudo ‘solto’”.

Francisco: - “Antigamente, os fazendeiro tinham muita ‘terra solta’. Uns não cercava tudo, porque eles não tinham capacidade de cercar. Outros era porque cercavam uma parte e deixava outra parte de ‘terras solta’ para todos os animais ter direito de pastar ali dentro. De andar. Quer dizer, nós éramos dois fazendeiros, os seus animais iam lá na minha propriedade e os meus animais iam lá na sua propriedade. Quer dizer, aquela área de terra ali era ‘solta’ para todos os viventes sobreviver dali. Por acaso aquelas pessoas que não tinham terra, que eram moradores, mas criavam os bichinhos deles, todos os animais deles tinham direito de ir lá, naquela ‘terra solta’ e comer. Buscar o alimento dele lá. Comer o mato e tudo, porque já não iam poder entrar lá, naquela outra área que tinha cercado [a ‘manga’]. Lá era só para animais de engorda, ou o meu gado leiteiro, que todo dia eu tinha que está com ele no curral. Eu entendo que era assim...Hoje tem muita ‘terra solta’, muita. Aqui para baixo tem milhões de hectares ‘solta’, nada cercado. Todo animal entra aqui, sai adonde quer e, os de lá, vem de lá e, sai adonde quer. Isso é adonde, aqueles (os pequenos) que são moradores, que criam um rebanhozinho de ovelha, outro criam quatro vacas, outro cria seu cavalo, cria seu burro e não tem como criar só preso, vão ter adonde criar. E aqueles animais dos moradores vão comer em várias fazendas junto com os dos proprietários.

Essas ‘terras soltas’, umas são de patrão, outros é de morador que tem uma ‘galhinha’ de terra estreitinha. É assim... Porque se todos os ricos cercassem todas suas terras muitas pessoas pobres não iam sobreviver, porque não tinha onde os animais deles fossem buscar o comer. Porque todas as áreas de terra estavam cercadas e se eu quisesse criar o meu, tinha que ser preso e teria que saber conversar com o patrão para que ele deixasse eu tirar comida lá de dentro da ‘manga’ dele, cercada, para botar para o meu animal, ou então, ele aceitasse eu botar meu animal dentro da ‘manga’ dele, cercada” (família camponesa, Juá, 2003).

Os depoimentos revelaram particularidades do cotidiano da família camponesa sobre o uso da terra através das pastagens comunais em “terras soltas” no sertão. Os detalhes caminham para interpretações que se complementam entre a religiosidade e a consciência social construída na luta pela terra. Na interpretação mística, as “terras soltas” são dádivas sagradas, do começo do mundo; na interpretação crítica, as “terras soltas” são resultantes de acordos feitos entre fazendeiros, entre esses e os moradores e, ainda, entre esses e os pequenos produtores. Tais acordos estão fundamentados nos códigos do direito costumeiro presentes no sertão que, também, são frutos das relações que os grupos sociais estabelecem entre si e com a terra. A terra é concebida

como terra de trabalho, na qual pastagens e aguadas são indispensáveis para a subsistência familiar e animal.

A pastagem comum nas “terras soltas”, no sertão, apresentou continuidade, mesmo diante do processo de cercamento das terras, sendo algo usufruído pelos pequenos produtores, moradores, assentados e grandes fazendeiros.

Alcântara e Germani¹⁰, ao analisarem os Fundos de Pasto¹¹ presentes na Bahia, mostraram como essas comunidades vêm ganhando visibilidade a partir do final do século passado, quando os conflitos pela manutenção de áreas de uso comunal levaram ao enfrentamento com os mais diferentes grupos que desejavam apropriar-se delas. A luta conjunta contribuiu para a formação de centrais de fundo de pastos com diferentes pólos de atuação na luta coletiva pela terra e a organização das comunidades de fundo de pasto. Conforme os autores, o processo de luta pela terra comunal é dinâmico, e, cada vez mais, novas comunidades de fundo de pasto se organizam para reivindicar o direito à terra comunal no semi-árido.

Para **Almeida**¹², as comunidades de Fundo de Pasto no semi-árido fazem parte de um conjunto de novos movimentos sociais que instalaram uma tensão, sobretudo, dentro dos órgãos fundiários oficiais para o reconhecimento de situações de ocupação e uso comum da terra, ditadas por “tradição e costume”, por práticas de autonomia produtiva e por mobilizações sociais, para afirmação étnica e de direitos elementares. O advento dessas práticas e a pressão pelo seu reconhecimento têm aumentado desde o final dos anos de 1980,

¹⁰ ALCÂNTARA, Denilson e GERMANI, Guiomar. **Fundo de Pasto**. São Paulo: EGAL, 2005.

¹¹ O Fundo de Pasto e o Feche de Pasto são formados por comunidades de catingueiros com fortes laços de parentesco que utilizam a terra de forma comunal com o criatório de bode, ovelhas e gado em terras soltas. Apesar de estarem envolvidos na mesma lógica produtiva estas formas de uso da terra possuem diferenças. O Fundo de Pasto, encontra-se geralmente maior aridez e menor disponibilidade de água, adaptando-se melhor à criação de caprinos e ovinos. A área de terra comunal é usada durante todo o ano e localiza-se sobretudo no norte e nordeste da Bahia. O Feche de Pasto, ocorre em áreas de menor aridez e maior disponibilidade de água, melhor adaptado à criação do gado. A área comunal é abandonada no período de seca, sua ocorrência se dá majoritariamente no sudoeste da Bahia. (Alcântara e Germani, 2005: 342).

¹² ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez M. (orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

predominantemente, na região amazônica¹³, com o surgimento de formas associativas agrupadas por diferentes critérios, tais como: raízes locais profundas, fatores político-organizativos, autodefinições coletivas, consciência ambiental e elementos de identidade. Essas formas associativas expressam movimentos sociais, que, no conjunto das práticas de organização e uso da terra, expressam territorialidades específicas, as quais realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. As novas denominações traduzem, ainda, transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização desses grupos, em face do poder do Estado e em defesa de seus territórios.

O Ceará, que, há vinte anos, não registrava oficialmente índios, hoje possui nove ou dez povos indígenas (muitos deles “índios misturados”)¹⁴ que se estruturam em cima da demanda por terra. O “aparecimento” desses movimentos sociais tem relação direta com a articulação de agrupamentos negros e a mobilização do movimento indígena regional, que, desde os anos de 1980, vêm reafirmando, na luta pela terra de uso comum, suas identidades e territórios específicos.

O uso comum das “terras soltas” tem sido uma prática sazonal. No “inverno” (período chuvoso) os animais ficam em “terras soltas”, no “verão” (período seco) devem ir para as “mangas”. Assim, a pastagem comunal em “terras soltas” é uma estratégia do campesinato sertanejo, construído na luta pela terra, que vem possibilitando a sobrevivência e continuidade da moral camponesa.

Para **Campos**¹⁵, o aparecimento da forma característica de uso comum de terras no interior dos projetos de assentamento, como o *compáscuo*, tem sido algo interessante pelo “fato de tal forma de uso da terra estar reavivada em determinadas partes do país”. A reprodução da pastagem comunal em “terra soltas” dos assentamentos do sertão tem sido um componente conservado e redefinido nas comunidades camponesas. Tal fato foi bem relatado pelos

¹³ Onde tem-se a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), da Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (USAGAL) e de inúmeras outras associações. (ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Op. Cit., 2004. p. 166.)

¹⁴ Dentre os quais destaca-se: Jenipapo-Kanindé, Potyguara de Monte Nebo, Tremembé do Córrego João Perreira/Telhas, Tremembé de Almofala/Varjota e Tremembé do Capim-Açu e Tremembé São José/Buriti.

¹⁵ CAMPOS, Nazareno José. Op. Cit. 2000. p. 101.

camponeses assentados, ao abordarem a existência de “terras soltas” nos assentamentos.

Sr. Antônio: - “Terra solta’, aqui tem, porque nossas terras (...) aqui a cerca era para passar por cima daquele serrote (meia légua), aí para lá estão as ‘terras soltas’. Não pode cercar a terra toda, não. Eu tenho um terreno, se eu cercar a terra toda, eu não posso soltar bicho. Se eu soltar, ele vai para as terras dos outros.

P.: - E por que não pode cercar?

Sr. Antônio: - Isso é desde antigamente, os patrão, não podiam cercar os terreno todo ...

P.: - Por quê?

Sr. Antônio: - Porque não pode cercar, não. Ninguém pode cercar o terreno todo. Sempre tem que deixar a ‘solta’ para os bichos comerem. Porque para o fazendeiro, para o patrão não pegar a terra dele toda. Ele não pode botar bicho para ‘solta’, se ele não tem ‘terra solta’. Se não os outros reclamam.

P.: - Quem reclama?

Sr. Antônio: - Os outros fazendeiros (...) ficam dizendo que ele quer ganhar nas terras deles. Tem de todos deixarem. Tem que deixar a ‘terra solta’, sem cercar, para poder criar. Ai todo fazendeiro tem que deixar, é obrigado deixar.

P.: - Quem obriga?

Sr. Antônio: - É obrigado porque se não deixar, não pode soltar bichos para comer nas terras dos outros. Taí nosso terreno aqui, ficou um pedaço ‘solto’. Os bichos de todo mundo come lá. Antes era mais, a negrada [falando dos moradores] arrumava bichos de fora e trazia.

P.: - Quer dizer que quando vocês chegaram nessa terra havia uma extensão bem maior de ‘terras soltas’? E hoje, ainda, há, porém, em extensões menores?

Sr. Antônio: - É, tem muita ‘terra solta’, mas aí nós cercamos uma parte (...) Estão achando ruim como um todo, que já não podem soltar muito animal lá.

P.: - Quem está achando ruim?

Sr. Antônio: - Os outros vizinhos [falando dos moradores de fazendas vizinhas]. Porque a ‘terra solta’ lá é boa e eles traziam bichos de fora, arrendavam os bichos de fora, para comer lá (Sr. Antônio, 72a. Juá, 2003).

No diálogo, o camponês assentado revela a presença de “terras soltas” no assentamento, como uma forma de respeito às práticas do direito costumeiro no sertão, mas também como uma estratégia econômica e consciente da importância do uso comum das terras para a reprodução dos grupos de camponeses sem terra e assentados. O não cumprimento desses “códigos costumeiros” é visto como um desrespeito à moral camponesa, motivo de conflito entre os usuários, embora essas terras sejam alvo de cercamentos no sertão. Esse processo, no

Assentamento Juá, tem gerado conflitos entre camponeses assentados e sem terra.

No Assentamento Feijão, o uso comunal das “terras soltas” tem acontecido em meio a um conflito entre camponeses assentados e grandes proprietários de terras.

Grupo: - “Aqui não tem extrema em toda terra, não. Tem ‘terra solta’. Nessa testa aqui do Rio Zé da Silva não tinha. Tem cerca agora que nós fizemos”.

P.: - E por que vocês fizeram essa cerca?

Grupo: - “É porque os bichos dos outros vinham e entravam para dentro do nosso terreno. Tanto os deles vinham para cá como os nossos iam daqui para lá. Aqui quando está ‘solto’ é porque a gente não tem como cercar. Mas, os grandes cercam... Até o rio que é ‘datado’ eles cercam. É datado, liberado para todos os bichos andarem por dentro. Por exemplo, aqui é um terreno e aqui é o rio e aqui e outro terreno aí os donos cercam. O rio era para ser liberto” (Camponeses, Feijão, 2003).

As “terras soltas”, com suas aguadas e pastagens, têm sofrido constantes ameaças com o processo de cercamento de terras. Um processo que tem relação direta com o arrefecimento da pecuária e as transformações pelas quais vem passando o sertão e que influenciam nos códigos do direito costumeiro sertanejo.

O Assentamento Feijão revelou conflitos no uso das “terras soltas” entre camponeses assentados e grandes proprietários. Acontece que, normalmente, esses últimos possuem mais rebanhos, daí, quando os camponeses assentados vêem suas terras sendo mais exploradas pelos grandes proprietários que por eles próprios, partem para cuidar de cercar uma parte, para preservar, como bem relataram.

O uso de pastagens comunais em “terras soltas” se mantém no sertão, porém em proporções, no momento, menores. O cercamento de parte das “terras soltas”, nos assentamentos, apareceu como estratégias de reprodução camponesa. Caso os assentados aumentem o número de rebanhos, certamente aumentarão a quantidade de “terras soltas”.

O uso comum das “terras soltas” no sertão se mantém em função dos códigos do direito costumeiro, vigentes entre grupos de camponeses parceiros e rendeiros, camponeses assentados, pequenos, médios e grandes proprietários. Porém, atualmente, em meio a um processo de cercamento dessas terras, é,

também, um pacto muito mais acertado entre camponeses e os grandes proprietários. Isso demonstra uma recomposição social que reafirma o direito costumeiro e o sustenta.

Ao estudar o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense, **Almeida e Esterici**¹⁶ entenderam que a criação de áreas cercadas ocorre no momento de refluxo da pecuária, dado o caráter limitado de terras disponíveis. E acrescentam que a organização de um complexo de pastagens cercadas – denominados “soltas” e “mangas” – faz parte das transformações que ocorreram com o advento do cercamento das “terras soltas”.

Se havia consenso quanto ao uso comunal das “terras soltas”, em época passada, hoje esse uso comum é ameaçado, diante das cercas que, cada vez mais, delimitam rigorosamente as propriedades, acentuando seu caráter privado. Assim, as regras do “antigo código” vêm passando por transformações que as redefinem. Conforme **Almeida e Esterici**¹⁷, “nem todos os proprietários de terras possuem condições de cercar suas terras por completo ou de ter poços e aguadas (...) em seus limites legais. Esses impasses contribuem para que eles se reúnem em torno de extensões não-cercadas onde pastam seus rebanhos. A estas extensões é que denominam –‘terras soltas’”.

Para os autores, as “terras soltas” persistiam em meio ao desenvolvimento da pecuária, muito mais por uma decisão dos grandes proprietários que dos camponeses. Em parte, essa é uma análise correta. Tradicionalmente a existência de “terras soltas” sempre esteve vinculada a acordos entre fazendeiros e entre esses e os moradores. O que eu acrescentaria é o fato de que o uso comum das “terras soltas”, mais do que persistir, se mantém e se redefine, enquanto uma estratégia de reprodução acordada entre camponeses e construída na luta pela terra de uso comum e reafirmada com valores culturais próprios.

Ao analisar as “terras soltas” no sertão do Ceará nos anos de 1970, **Almeida e Esterici**¹⁸ mostraram que “contemporaneamente as “terras soltas” se apresentariam segundo duas concepções associadas respectivamente a grandes e pequenas propriedades”. Hoje é possível constatar o uso comunal de “terras

¹⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de & ESTERCI, Neide. Op. Cit, 1977.

¹⁷ Ibid. p. 28.

¹⁸ Ibid.

soltas”, segundo outras concepções associadas às grandes fazendas, às pequenas propriedades e aos assentamentos rurais. Desse modo, o uso comunal de pastagens em “terras soltas” no sertão não é apenas uma prática que persiste, mas, que se redefine à luz da reprodução camponesa.

O uso comum da terra ligado aos interesses dos assentados é uma prática de uso da terra redefinida pelos camponeses no interior dos assentamentos. Tradicionalmente, a pastagem comunal em “terras soltas” acontece em terras localizadas nos limites sem cercas, que se encontram com os limites de outras propriedades sem cercas, formando, assim, as “terras soltas” de uso comunal para pastagem. Nos assentamentos estudados, também foi encontrado o uso comunal de “terras soltas”, em terrenos completamente cercados, e o uso comunal nas “mangas” – complexo de pastagem artificialmente produzido e cercado, que serve de abrigo para o rebanho no período seco.

As “terras soltas” ligadas ao interesse exclusivo dos assentados são extensões de terras que percorrem todo o assentamento cercado, e favorecem apenas os rebanhos dos assentados. As “terras soltas” são espaços de uso comum no assentamento para a criação de animais mantidos soltos.

As “terras soltas” com seu complexo de pastagem original servindo de alimento para o rebanho no período chuvoso, tem seu oposto nas “mangas” com seu complexo de pastagem cercada, formada artificialmente com plantas de forragem, selecionadas. Na explicação de um camponês, a diferença das “terras soltas” para as “mangas” está nas suas funções temporárias de abastecimento alimentar para os rebanhos.

“A ‘solta’ a gente deixa para os bichos comer no inverno. Eles comem em todo canto. A ‘manga’ é uma cerca de arame. A gente cerca um terreno ao redor para criar pastos, forragem. E aí fica para os bichos comer no ‘verão’. A ‘manga’ fica para quando se acabar o mato na ‘solta’. Quando acaba, a gente pega e bota os bichos na ‘manga’. Nas ‘mangas’ que a gente faz, nos altos, ninguém planta capim, que não dá, nem maniva. Planta milho, que com seis meses de ‘inverno’, o milho dá. Aí no ‘verão’ quando seca, roça não dá, capim não dá. E na ‘baixa’ dá” (sr. Antônio, 72a. Juá, 2002).

De acordo com **Almeida e Esterici**¹⁹, “as “mangas” (...) eram utilizadas, preferencialmente, pelos grandes proprietários pecuaristas”. A análise dos autores

¹⁹ Ibid. p.34.

foi complementada com o comentário sobre o uso das “mangas” no tempo dos patrões, quando o camponês reafirmou o fato de terem sido as “mangas” espaços, por excelência, dos patrões. Hoje, nos assentamentos, elas aparecem com utilidades diversas, desde a pastagem comunal até o plantio de roças coletivas ou individuais (familiares) dos camponeses assentados.

D. Maria: - “As ‘mangas’ são tipo um curral, só que é bem grande (...) é meia légua. Até na terra toda a gente pode fazer. Para criar forragem, para soltar os bichos no ‘verão’ [período seco]”.

Sr. Antônio: - “Aí no tempo dos patrões que tinha algodão, ficava [na ‘manga’] a forragem do algodão, ficava palha do milho, ficava rama do feijão, ficava tudo para o patrão. Milho, feijão, metade dele. Aí a sorte era que quando a gente ia botar os bichos nas ‘mangas’, a gente tirava o algodão, aí tinha cercado para botar os bichos dentro. Às vezes, os animais do patrão, não comiam nem tudo, chegava janeiro, a gente botava para fora. Aí ninguém tinha o direito de criar, ele não dava a forragem. Mas, só que a gente criava um bichinho. Tinha cercado para botar os bichos dentro. A gente tirava um bocadinho da palha do milho, do capim. Mas, tinha que deixar lá a maior parte para ele. Se por acaso, o milho era de três um: era três carreira para gente e uma para ele. O algodão era de meia, de dez arrobas, cinco era para nós e cinco para ele. Aí daquelas nossas, a gente tirava um bocadinho para dá aos animais. Ninguém tinha direito, quase bem dizer, a nada”.

d. Maria: - “Hoje na ‘manga’ pode caber várias coisas dentro, se ela for grande, ela cabe várias coisas dentro. No caso dessa aqui, tem duas casas com quintal, três apriscos, uma casa de motor e várias capoeiras cercadas dentro da ‘manga’”.

Sr. Antônio: - “Hoje a gente tem um gado na ‘manga’. A gente está dando o quê comer. A gente só deixa ir para ‘solta’ quando tem água e comida em todo canto. E agora não tem. No ‘inverno’ fica na ‘terra solta’, porque tem água e comida em todo canto. Mas, no ‘verão’, não pode [porque água e comida ficam em lugares distantes]. No ‘verão’, eles [os rebanhos] ficam nas ‘mangas’. Aqui a ‘manga’ cerca o açude e o capim coletivo, porque os bichos não podem está comendo todo tempo. Esse capim a gente tira no ‘verão’ e mistura com outra comida que tem aí. No ‘inverno’, ninguém trata de bicho, não. É tudo só fora, solto”.

d. Maria: - “Agora se abrir a ‘manga’ na época do ‘inverno’ os bichos invadem. O que tiver dentro, eles comem. No ‘verão’, bota para comer, no ‘inverno’, é fechada para os bichos não comer nada do que tiver dentro” (Família camponesa, Juá, 2003).

Apesar do conceito de “manga” estar ligado a cercados de pastagem artificial para alimentação do gado no ‘verão’, foi possível encontrar, no caso dos Assentamentos Juá e Feijão, a “manga” como um espaço cercado com atividades diversas. No Assentamento Juá, a “manga” tem sua essência no conjunto da pastagem cercada. Porém, ela se associa à manutenção de outras atividades produtivas realizadas pela comunidade, como o plantio do capim coletivo, os

apriscos para criações coletivas e o uso de aguadas e pastagens comunais. Nesses casos a cerca é parte da relação gado e lavoura.

Woortmann²⁰, ao estudar o sítio camponês em Sergipe, revelou que, no processo de expansão diferenciada da pecuária no sertão, a criação antes feita nas terras soltas passou a ser predominantemente realizada em pastos divididos em diferentes partes cercadas. As mesmas cercas que, em um estágio anterior, protegiam trechos de roças passaram a proteger o capim pangola. Portanto, no processo de expansão da pecuária no sertão sergipano, a mesma cerca que antes serviu à rotação de terras para fins agrícolas tendeu a ser substituída pelo rodízio de pastagem. A função de proteção se manteve, porém não mais com os legumes, mas com a pastagem plantada.

Castro Oliveira²¹, ao analisar a organização dos camponeses posseiros da região do Alto Guaporé-Jauru (MT), discutiu a função das cercas. Ela conseguiu identificar na relação roça e gado a presença das cercas protetoras, e, na divisão dos lotes entre si, a presença das cercas divisórias. Elas são formas de organização da unidade camponesa e do trabalho familiar.

Ao analisar o campesinato no sertão da Paraíba, **Marques**²² evidenciou a ocorrência de diferentes tipos de cercas construídas no processo de apropriação da terra pelos camponeses. Cercas de arame farpado, de varas, mistas (arame farpado e vara) e de pedras, foram erguidas com o cuidado de proteger a lavoura da numerosa criação de animais.

Nos assentamentos pesquisados, as “mangas” são espaços cercados, por excelência. As cercas de composição mista (madeira e arame farpado) têm a função de proteger, no ‘inverno’ (período chuvoso), os pastos artificiais e as lavouras da invasão dos animais, portanto, são cercas protetoras. Porém, as cercas, às vezes, se estendem para além dos espaços de formação das “mangas”. Nesse caso, elas apresentam funções diversas e se revelam como cercas divisórias, não dos lotes entre si, mas dos quintais.

No processo de constituição dos assentamentos, as “mangas” e as “terras soltas” acabaram por adquirir características próprias nas comunidades

²⁰ WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico/81**. Fortaleza-Rio de Janeiro: EdUFC / Tempo brasileiro, 1983.

²¹ CASTRO OLIVEIRA, Bernadete. **Os posseiros de Mirassolzinho**. São Paulo: FFLCH/DA/USP, 1991. Grifos da autora.

²² MARQUES, Marta Inez M. Op. Cit., 1994.

assentadas, diferente do que ocorria na terra do fazendeiro. Com eles foi possível perceber que o uso da “manga” se abriu para a comunidade assentada, enquanto que na sua existência anterior ela esteve fechada, era considerada área de apropriação privada, do fazendeiro. E na medida em que o uso das “terras soltas”, nos assentamentos, começou a se fechar para as comunidades vizinhas, sua partilha com a vizinhança foi reduzida. Desse modo, com mudanças substantivas nas “terras soltas” e nas “mangas”, os camponeses têm reafirmado e garantido a parcela camponesa do território. As fotos 04 e 05 destacam, respectivamente, o uso das “terras soltas” com pastagem de animais e o cultivo de hortas e plantas para forragem no interior das “mangas”.



Foto 05 – “Terras Soltas” – uso comum com pastagem conjugando interesses internos e externos dos assentados. Assentamento Santa Rita. Canindé – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.



Foto 06 – “Manga” – uso comum e individual (familiar) com cultivos de hortas, legumes e plantas para forragem. Assentamento Feijão. Canindé–Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

5.2 - O uso coletivo da terra.

A produção coletiva no Brasil tem sido interpretada como sinônimo de produção comunitária. **Rodrigues**²³, ao analisar a relação terra, produção e tradição camponesa no Ceará, mostrou como ocorre o uso das expressões coletivo e comunitário no depoimento dos camponeses do Assentamento Maceió.

De acordo com essa autora, “os camponeses do Assentamento Maceió usam tanto a expressão Campo Comunitário, como Campo Coletivo; aqui optei usar a expressão Campo Comunitário por perceber ser ela usada com mais frequência, e pelo próprio conteúdo ideológico que contém tal expressão no interior das discussões políticas”²⁴.

A autora escolheu a expressão *Campo Comunitário* por ter frequência de uso e conteúdo ideológico e não revelar as diferenças existentes nos conceitos coletivo e comunitário. A ambigüidade presente no depoimento dos camponeses quanto ao uso dos conceitos de coletivo e comunitário é um fato, também, verificado nos assentamento pesquisados. Mas, acredito que seja necessário atentar para a seguinte questão: o uso freqüente desses conceitos como sinônimos esconde conflitos e diferenças fundamentais para o entendimento das formas de organização e produção camponesa. Portanto, é preciso caminhar no sentido de desvendar as diferenças presentes nas formas de organização/ produção coletiva e comunitária, tão caras à Geografia Clássica.

Nos últimos anos, **Marcos**²⁵ foi quem melhor contribuiu para o esclarecimento dessas formas de organização / produção e a pista utilizada pela autora para sua análise veio dos Geógrafos Anarquistas.

A discussão acerca das formas de produção coletiva e produção comunitária na terra tem raízes na Geografia do século XIX. De acordo com **Andrade**²⁶ e **Oliveira**²⁷, Elisée Reclus e Piotr Kropotkin foram os geógrafos pertencentes ao Movimento Anarquista de meados do século XIX e início do século XX que fizeram uma crítica à sociedade da época e apresentaram

²³ RODRIGUES, Ma. de Fátima Ferreira. **Terra camponesa como (re)criação**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1994.

²⁴ Ibid. p.110.

²⁵ MARCOS, Valéria. **Comunidade Sinsei (U)topia e Territorialidade**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1996.

²⁶ ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

²⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. São Paulo: [s.n.], 1998.

caminhos para se pensar o movimento contraditório do capitalismo. Numa posição crítica com relação ao Estado, eles mostraram os interesses conflitantes entre as classes dominantes e o povo, contrariando o pensamento geográfico da época, muito comprometido com o poder do Estado. Eles fundamentaram uma visão de mundo com base na dialética e contribuíram significativamente para a discussão entorno das diferentes formas de propriedade da terra e diferentes formas de organização da sociedade utópica.

Nesse debate, travado no interior da escola socialista, a discussão em torno da organização da sociedade futura fez emergirem as divergências entre duas correntes de interpretações que merecem destaque. A corrente anarquista coletivista, que teve como maior representante Mikhail Bakunin, e a corrente anarquista comunista, cujo expoente foi Piotr Kropotkin. A doutrina libertária, por exemplo, é um elemento comum às duas correntes, derivada das raízes socialistas do Movimento Anarquista. Segundo essa doutrina, haveria “uma busca constante pela liberdade individual e pela conciliação da liberdade e da singularidade individual com as necessidades e interesses coletivos”²⁸. As divergências viriam relacionadas com a organização/ distribuição da riqueza socialmente produzida.

Ao estudar as “*Utopias Anarquistas*”, **Luizetto** revelou particularidades que diferenciam as correntes de pensamento anarquista coletivista e anarquista comunista. No debate acerca da organização/distribuição da riqueza produzida pela sociedade futura, para os coletivistas, o “sistema de retribuição individual deveria ser rigorosamente proporcional ao trabalho efetivamente despendido”²⁹. Disso deriva a fórmula “a cada um de acordo com o seu trabalho”³⁰. Já para os comunistas, a organização da sociedade utópica deveria se pautar em princípios libertários de solidariedade, cooperação e reciprocidade. Daí vem a fórmula “de cada um conforme as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades”³¹.

Esse debate trouxe elementos para se analisar, com devida acuidade, as formas de organização, produção e distribuição coletiva e comunitária, que

²⁸ LUIZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Editora brasiliense., 1987.p.29.

²⁹ Ibid. p.33.

³⁰ Ibid. p.30.

³¹ Ibid. p.38.

ensejam, também, uma discussão fundamental para o entendimento da organização interna do campesinato no campo brasileiro.

Marcos³², ao analisar as diferentes formas comunitárias de produção realizadas pelo campesinato, identificou, no Brasil, algumas formas de organização da produção no campo a forma comunitária, a coletiva, as práticas de cooperação / ajuda mútua e o uso comum da terra. Para essa autora, a discussão acerca da organização/produção coletiva e comunitária realizada no seio do Movimento Anarquista se estendeu para além desse Movimento, sendo hoje um desafio assumido por partidos políticos e alguns de seus militantes e por religiosos de diferentes Igrejas. Nas Igrejas, a produção comunitária vem sendo interpretada como uma espécie de comunismo primitivo, que teria mais proximidade com a concepção comunitária defendida por Kropotkin.

A produção coletiva tem sido realizada de acordo com a idéia central proposta pela corrente coletivista defendida por Bakunin. Há, portanto, formas diferenciadas como os grupos coletivos, aquelas em que a terra e o trabalho são coletivos, as cooperativas de produção dos assentados, aquelas em que a terra permanece como propriedade individual, e o trabalho é realizado coletivamente e, em menor grau, os grupos semi-coletivos, aquelas em que, embora a terra e o trabalho sejam individuais, não há autonomia de decisão, por parte dos camponeses.

Ainda para **Marcos**, a terceira prática de produção, a cooperação/ ajuda mútua, tem estado presente entre comunidades religiosas e em algumas práticas realizadas pelo MST. Trata-se de uma prática que se desenvolve com base na solidariedade entre as comunidades e tem sido bastante freqüente no Nordeste através da troca de dias de serviço. A quarta forma de produção – o uso comum da terra, para a autora representou uma prática que vigora entre os pequenos camponeses, sendo pensada como um uso imediato sem maiores preocupações com o futuro.

Conforme **Marcos**³³,

“estas diferentes formas de produção, que mesmo em menor grau, exigem uma prática que extrapola os limites do individual (...) constituem-se, acreditamos, em importantes alternativas para o campesinato brasileiro, sobretudo para os pequenos

³² MARCOS, Valéria de. Op. Cit., 1996.

³³ Ibid., p. 391

camponeses que, com poucos recursos ou sem nenhum, têm enfrentado sérias dificuldades para garantir a continuidade de sua existência enquanto tal”.

Para ela essas diferentes formas de organização da produção no campo se revelam como ações do campesinato, que surgem no sentido de fortalecer sua capacidade de resistência. Assim, as diferentes formas de organização da produção no campo brasileiro, hoje, extrapolam a leitura dos anarquistas.

Os debates feitos pelos anarquistas e seus seguidores serão considerados na análise que se segue, aos quais vão se somar também novos elementos, que apontam novos caminhos de interpretação sobre o uso comunitário e o uso coletivo da terra no sertão nordestino.

O uso coletivo da terra, nos assentamentos em estudo, apareceu como questão central na discussão relacionada com a forma de organização/ produção dos grupos e a possibilidade do pagamento da terra.

Na explicação dos camponeses de Canindé sobre o trabalho coletivo no assentamento, ele foi considerado uma atividade construída na luta pela terra, na união, na liberdade e no respeito às diferentes habilidades de cada um.

“Sempre quando vai trabalhar, tem uns mais roceiros e tem os escorões. Porque é o seguinte: eu sou um analfabeto, porque eu não tenho leitura, mas eu procuro um pouquinho entender as coisa, porque todo mundo tem que entender as coisa. Já tem um cabra que pega um boi lá dentro do mato. E, eu não pego. Mas, eu já faço uma coisa que aquele cabra que pega o boi lá dentro do mato não faz. Tem um que se desempenha bem, se desenvolve bem, trabalha mais. E já tem um que trabalha mais fraco, mas acontece que eu na enxada, limpando mato, capinando desenvolvo bem, aquele num desenvolve. Mas, ele já desenvolve outro trabalho que eu não desenvolvo. A gente tem que entender as coisas, porque Deus num deixou todo mundo igual” (Sr. Francisco, 38a. Juá, 2002).

O que os camponeses estão fazendo é buscar a união, a cooperação e o respeito à liberdade e aos limites individuais sem esquecer de valorizar as habilidades em meio aos interesses comuns.

Essa é a base da produção comunitária, no sentido da religiosidade sertaneja, que se aproxima da concepção de comunitário defendida por Kropotkin, mas não é. Embora haja, no momento da produção, o respeito pelo que cada um “sabe desenvolver” melhor, a distribuição da riqueza produzida não é apropriada de forma comunitária, e, aí será computada a quantidade de trabalho de cada um. Nesse sentido, essa forma de produção, que parece se aproximar de um

comunitário primitivo, é, na verdade, uma produção coletiva com forte influência do catolicismo sertanejo, presente nos sertões do Nordeste.

Em Acaraú, os camponeses apresentaram a opção pelo trabalho coletivo a partir das atividades produtivas. A explicação deles é a preocupação com a continuidade da unidade de consumo e produção camponesa, na busca da união, da liberdade, da confiança e da responsabilidade em conjunto pelos interesses de todos.

“O serviço aqui tem muita mão-de-obra. Quando não tem serviço coletivo, eles trabalham só para si. Cada associado tem sua planta individual, e tem a área coletiva que é da associação. Então, durante a semana se tira dois ou três dias, dependendo do serviço, para o trabalho coletivo. Eles podem botar trabalhador no lugar se quiser, contanto que ele fique em dias com os serviços dele com a gente. Se ele não colocar ninguém e nem vier trabalhar para associação, ele fica devendo. Depois ele pode pagar trabalhando em dias ou em dinheiro (uma diária R\$ 5,00). Não importa se ele quer trabalhar fora. O importante é poder contar com o serviço dele (podendo ser ele próprio ou um trabalhador contratado por ele). Todo mundo junto para tirar o sustento da associação, o sustento para ela não diminuir” (d. Helena, 32a. São Felipe, 2003).

Nesse caso, o conceito de coletivo usado converge para o conceito de coletivo proposto pelos anarquistas. Pelo relato foi possível observar que o trabalho ou o uso da terra não é comunitário, mas coletivo. Se fosse comunitário, não seria a quantidade de trabalho que definiria a participação de um membro no grupo e a distribuição das riquezas seria comum. Isso é a base do comunitário. No caso relatado no depoimento, a participação no grupo e a distribuição das riquezas produzidas são definidas pela quantidade de trabalho de cada um. Não há a liberdade de ficar sem dar o trabalho. Se alguém não puder em um dia, precisa ser substituído ou ficar devendo o trabalho. Essa é a base do coletivo.

Como afirmou **Marcos**³⁴, os conceitos de coletivo e comunitário discutidos pelos anarquistas, em parte, não explicam a complexidade presente em nossa realidade, mas nos dão pistas para o entendimento dos desafios assumidos pelos camponeses nos dias atuais.

Foi possível verificar que, nos assentamentos em estudo, o que os camponeses denominam de coletivo, em parte, corresponde ao conceito de coletivo, dos anarquistas.

³⁴ MARCOS, Valéria de. Op. Cit., 1996.

O uso coletivo da terra, também, pode ser explicado enquanto estratégia econômica camponesa para obter a propriedade da terra, como mostra o depoimento que se segue.

“No coco é coletivo, é o grupo todo. O coco aqui é o seguinte: enquanto não fosse pago todas as despesas, o coco era para pagar a dívida e manter os projetos. Quando pagar a dívida a gente vai tirar, 50% de cada derruba de coco para a gente se manter e, o resto, a gente vai dar manutenção ao projeto que ninguém estará devendo mais nada a ninguém. Mas, por enquanto, ninguém tira dinheiro do coco para se comprar um par de chinelos.

Por ano a gente faz de três a quatro derrubas de coco, o que dá mais ou menos uns sete mil reais. Nessa agora dará para fazer dez mil. A gente paga as despesas, a energia, o conserto de uma bomba, paga uma mão-de-obra especializada que tem no projeto, paga o conserto do motor, compra cano que quebra, compra o óleo do trator e o resto guarda” (Sr. Vavai, 48a. Cauassu, 2002).

O trabalho coletivo tem gerado renda camponesa. Ao entrar no mercado os produtos viram mercadorias, que serão vendidas por dinheiro. Parte desse dinheiro tem sido investido no banco, gerando renda e, outra parte, tem sido investido na manutenção dos projetos coletivos dentro do assentamento, portanto, gerando renda camponesa.

O trabalho coletivo na terra tem sido fruto de consensos construídos pelos camponeses. Desse modo, penso que o caráter coletivo tem sua eficiência sustentada por um pacto. Um pacto que é fruto da decisão em reunião, pela maioria, ou seja, democraticamente. Essa decisão tida como “lei de convivência” hoje tem sua continuidade centrada na unidade camponesa, no fim do cativo e da sujeição, na propriedade da terra e na melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

Na leitura da resistência, o trabalho coletivo apareceu como algo imposto, injusto, motivo de desistências e de conflitos. Na explicação de um camponês assentado sobre a desistência de dois outros camponeses do assentamento, ele revelou a existência de um grupo contrário ao coletivo, da forma com vem sendo assumido.

“As pessoas que saíram daqui, queriam viver ‘sem querer trabalhar’. Não querer trabalhar, sabe como é? É porque ele quer ficar e botar gente para fazer. Nós até agora estamos aceitando. Mas, eu sou contra. Uma comparação, somos nós quatro aqui, tudo sócio. Nós três sempre vai, e você sempre manda alguém. O dia que você não encontrar ninguém para mandar, sua vaga vai

ficar aberta. Aí eu penso que seja assim, ser obrigado, todo mundo trabalhar junto. Aqui já aconteceu da gente ir fazer a limpeza dos coqueiros e o pessoal que contrata diarista não ir e nem conseguir ninguém para mandar, nem hoje, nem amanhã. Aí, semana que vem de novo, passa mais dois dias, às vezes você com o dinheiro e não arranja quem trabalhe, aí fica devendo quatro dias. Aí, eu não sou de acordo. Uma pessoa dessa, no meu entender não tem necessidade de está dentro do assentamento” (Sr. Antônio, 47a. São Felipe, 2003).

O camponês que estiver desenvolvendo a prática de ajuda mútua no dia do trabalho coletivo é liberado. Ele fica, portanto, com a responsabilidade de mandar um trabalhador para o coletivo ou “pagar” seu dia de trabalho noutra momento. O conflito se estabelece no momento em que, como mostrou o depoimento anterior, o camponês não vem nem consegue ninguém para cobrir seu dia de trabalho no coletivo. Ficam, portanto, acumulados dias de serviços a serem repostos.

Isso tem levado grupos de camponeses a pensarem e criarem estratégias de adaptações para o coletivo. De um lado, as adaptações são de maior seleção de atividades produtivas para o coletivo. Do outro lado, as adaptações enveredam para a divisão do grupo em turmas menores no trabalho.

Nos casos dos assentamentos Ana Veríssimo e Almécegas em Acaraú, o que existe é uma melhor seleção dos cultivos no trabalho coletivo. Como revela o depoimento que se segue.

“Numa época nós tentamos fazer a roça no coletivo. Mas, os mais espertos ficavam se escorando nos outros. Mandava um trabalhador, às vezes, esse não vinha, aí a gente partiu o chão baixo, ou seja, a gente individualizou a roça. Agora, no coletivo, só o trabalho do coco, preparação do coco, a limpa, adubação, aguamento. A roça [mandioca, milho e feijão] é individual. Na ‘baixa’, também, tem individual: bananeira, feijão, batata-doce, melão, verduras, pimentão, cebola e goiaba.

Nós estávamos trabalhando todos juntos, mas tinha caboclo que, se nós fazíamos vinte quilos de saco de feijão, ele fazia dez. Nós morríamos de trabalhar para entregar a esse que não trabalhava. Aí nós dissemos: ‘cada qual vai trabalhar para si’. Eles estavam acabando com nossa vida. Eu prefiro trabalhar só. Mas, ainda tem trabalho conjunto, se eles não vem, eles mandam alguém” (Sr. Agostinho, 78a. Ana Veríssimo, 2003).

Nesse caso, o conflito se estabeleceu na diferença de quantidade de horas trabalhadas pelos camponeses. Os diferentes tempos gastos com o trabalho coletivo, que é, também, trabalho conjunto, pensado no âmbito do grupo

doméstico,³⁵ não agradou a todos, e a solução foi “*individualizar*” a roça. Ou seja, o cultivo da mandioca passou a ser uma atividade do individual (familiar).

Outro camponês revelou que,

“No início, a gente começou a plantar uma parte junta (coco e mandioca) e uma parte individual. A mandioca era para ser vendida e o dinheiro guardar para associação. Hoje a roça [mandioca] não é mais junta, não. Só o coqueiro que ficou junto. A roça é individual. Passamos dois anos e, não continuou porque os meninos achavam que não dava. A maioria achava que individual seria melhor. Aí deixou de plantar junto. Porque trabalhando junto, uns não trabalhavam nada. Uns faltavam demais o trabalho, aí ficou aquela história. Cada qual trabalhar para si e pronto. Mas, nos coqueiros a gente vai junto, é coqueiro e cajueiro. Coqueiro de sequeiro ou coqueiro gigante que já tinha na terra e coqueiro precoce irrigado, mas tem esse mesmo problema, também. Mas, continua (...). Tem muitos que passam de três, quatro dias sem aparecer. Isso porque só trabalha duas vezes por semana juntos, na parte que é do grupo” (Sr. Evaldo, 36a. Almécegas, 2003).

Os depoimentos revelam a tendência de se manterem no coletivo as atividades produtivas voltadas para a produção de mercadorias camponesas. A mandioca, o milho e feijão, produtos por excelência da alimentação camponesa no sertão, se mantêm numa tendência ao individual (familiar), porém, o coco-da-baía e o caju, produtos que permitem uma certa acumulação da renda camponesa, se fortalecem no coletivo.

Outros assentamentos buscam novas formas de adaptação no trabalho coletivo, como a divisão em grupos.

“A gente planta muito. Temos uma baixa aqui de quatro hectares coletivo e temos um roçado lá dentro de 38 hectares coletivo. Tudo fica em 42 hectares. Nesse coletivo tem a forragem dos bichos, tem o milho, tem a palma, tem tudo, e vários plantios no meio. Roça, milho, feijão, leucemia, ninho (planta verde), juazeiro, sabiá, mororó, tudo é madeira e a rama os animais comem. Antes era todos trabalhando juntos. Hoje a gente divide, por exemplo: dois hectares para cada turma de seis. Por exemplo tem de brocar [cortar os paus finos para melhorar a pastagem], então, os dezoito irão para a broca só que em grupos de seis” (Sr. Venâncio, 35a. Juá, 2002).

A divisão do grupo, também, tem ocorrido no trabalho coletivo que vem buscando adaptações, via divisão de atividades por grupos menores.

³⁵ Grupo doméstico como o conjunto de pessoas que têm em comum o local de moradia e a participação em uma mesma economia doméstica. (GODOI, Emília Pietrafesa de. Op. Cit., 1999. p.77).

“Sempre se divide o grupo em outros grupos para realizarem as atividades que precisam ser feitas no terreno. Como, por exemplo, na cerca não precisam estar os treze. Então, fica uma parte nos coqueiros e três ou quatro vai para cerca. Pode, até optar por ir para onde quiser, não tem problema nenhum. A gente só diz que é para ser feito em tanto tempo. Aí eles têm que se virar.

Aqui a gente faz assim, a área desses coqueiros novos [coletivo], foi dividida. Cada sócio tem direito a uma ‘tira do coqueiral’. Pode trabalhar no meio dos coqueiros, plantar feijão, milho [individual] em consórcio. Porque se cada sócio for limpando sua ‘tirinha’ vai ficando menos serviço no coletivo. No meio dos coqueiros, também, tem reservado uma área coletiva com feijão e milho. Todo mundo colhe, debulha, bota no sol, escolhe e guarda aqui e aí a gente vende para o comércio. Esse dinheiro do legume, a gente deposita ou paga alguma dívida que tiver. Sempre faz assim” (d. Helena, 36a. São Felipe, 2003).

Nesse caso, o espaço de uso coletivo dos coqueirais tem permitido, a partir da ocorrência das “tiras”, o uso individual (familiar). Há, portanto, a combinação de lógicas de apropriação diferenciadas. Um acordo que se fortalece sob a égide da moral camponesa.

Também, há casos de tentativas com o trabalho coletivo na terra que fracassaram. A lógica de apropriação individual (familiar) se mantém com resistência.

“Então, eu comecei um coletivo aqui. Aí teve uns que foram um dia, outros foram um dia e meio, outros que foram dia e meio e depois não foram mais (...) Abandonaram (...) Eu não posso entender por que eles não foram. Porque se eles fossem também eles ganhavam mais. Aí não quiseram porque disseram que tinham que fazer o deles. Mas, eu disse: ‘é obrigação a gente ter o coletivo no assentamento’. Um disse: ‘basta dá um dia’. E eu disse: “um dia é pouco demais. No coletivo era para plantar milho, para gente guardar, empregar numa coisa. Uma reserva, fazer um pagamento, uma viagem, outra coisa necessitada. No individual é beleza, todo mundo trabalha. Mas, na hora de juntar todo mundo, uns ficam de fora.

A gente plantou junto numa ‘baixa’. Plantamos milho no coletivo. Mas, a gente não tem costume de trabalhar juntos. Eram acostumados a trabalhar tudo para eles ou de metade. Eles não querem trabalhar juntos.

Hoje, ainda tem, um pouco de milho no coletivo. Mas, é no individual que planta mais. Milho, feijão e fava. Tem capim, bananeira e canteiro de verdura” (Sr. João Ribeira, 73a. Feijão, 2003).

No caso, o trabalho coletivo tem sido visto como algo imposto, “obrigado”. Assim, dizer não ao coletivo é reafirmar a liberdade conquistada com a posse da terra. As confissões revelam a dificuldade em lidar com o coletivo.

“Eu tentei, muitas vezes, trabalhar no coletivo. Só dava era confusão mesmo. Quando eu tentei, teve muito pouco trabalho coletivo. Porque a maioria não queria fazer parte do coletivo. Só queria mesmo lá era, cada qual fazer para si. Não queriam fazer parte do coletivo. Eu mesmo é quem tomava de conta da parte coletiva. Mas, quando tocava aquele dia para o coletivo, um dizia que estava doente, outro dizia outra coisa, mas não queriam ir. Aí, uns iam e outros não iam. Aí foi indo, foi indo, aí foi o tempo que eu saí, e aí acabou-se o coletivo lá. Agora o negócio lá está meio feio. Só com o individual. Eu penso que eles não iam porque não querem trabalhar juntos. O pessoal do Jordão que tinha coragem de trabalhar junto saiu todos. Sozinho, cada qual na parte deles, eles vão. Mas, para trabalhar em conjunto, não. Vai uns e outros não. E, nesse negócio de coletivo, tem que ser o grupo todo. Mas, lá não aconteceu isso.

Na época do coletivo nós chegamos a trabalhar um hectare de coqueiro e um hectare de bananeira coletivo e duas hectares de capim e teria que ter um de cana. Mas a cana não chegou a plantar não. Aí começamos a aguardar e os coqueiros estavam bons. Aí foi quando eu saí de lá (...) Os coqueirinhos morreram todos, as bananeiras morreram todas, capim acabou-se e não teve quem levasse para frente. Porque lá eu ajeitei para gente aguardar no motor. Tinha dois motores, dava muito bem. Mas, eles não quiseram, porque gastava óleo. Aí tivemos que aguardar na lata e ninguém teve coragem de enfrentar o serviço e os coqueiros morreram todos no ‘verão’. Morreu coqueiro, morreu bananeira e a maioria do capim, morreu, também” (Sr. Betim, 42a. Campos do Jordão, 2003).

No Assentamento Campos do Jordão, o fracasso no coletivo apareceu em meio à falta de condições materiais para o encaminhamento do trabalho aliada ao pouco diálogo no grupo, à desunião e intrigas pessoais. Ainda assim, nos Assentamentos Feijão e Campos do Jordão, em Canindé, a luta pelo trabalho individual (familiar) tem sido algo arraigado nos valores da cultura camponesa. Mas, o coletivo tem sido colocado como a possibilidade de maior união e a viabilidade de acumulação para o grupo que busca alternativas para a superação da pobreza no campo cearense.

A exemplo dos Assentamentos Batalha e Mata Fresca no Ceará estudados por **Moura**³⁶, a reativação de pequenas fábricas de tijolos – olarias, tem sido uma alternativa de trabalho coletivo via extração mineral que atua com a função de complemento de renda no interior de alguns assentamentos.

³⁶ MOURA, Antônio Marcos Pontes de. “**A porteira está aberta**”. Aracaju: NPGeo- UFS, 2003.

“Não tem de que a gente ganhar dinheiro. Aí a gente se vira, um sai para um canto outro sai para outro canto. Porque dentro do assentamento, com planta, não tem. Agora mesmo nós estamos fazendo tijolos na olaria, mas é dentro do assentamento” (Sr. Nonato, 37a. Feijão, 2002).

As olarias são pequenas unidades artesanais de produção de tijolo comum e/ou telha. Tem como matéria-prima a argila e a madeira. A argila propícia para a produção desse tipo de cerâmica é a encontrada no *vertissolo* (massapê), solos argilosos que apresentam alternância no volume de sua massa. O mesmo se contrai quando molhado e se expande quando seco, tornando-se muito plástico e pegajoso em contato com a água, devido à presença de argilas com alta capacidade de contração e expansão. O *vertissolo*, em comum, aparece como manchas de solos na área de *pediplanos sertanejos*, daí ser considerado um tipo de solo raro no sertão. A lenha necessária para os fornos das olarias tem sido fruto do aproveitamento da caatinga feita no próprio assentamento. Essas pequenas fábricas camponesas podem ser instaladas em longos galpões ou funcionar ao ar livre.

O fato de nem todos os assentamentos possuírem olarias faz com que alguns assentados se desloquem para outros assentamentos, para lá trabalharem. As relações de vizinhança e ajuda mútua emergem, então, no intercâmbio entre os assentados e, conseqüentemente, entre os assentamentos.

“De vez em quando o pessoal vai trabalhar com a cerâmica (telha e tijolo) na Japuara. Para cerâmica aqui nós temos tudo, temos barro bom das crôas, temos a lenha, temos a carnaúba para fazer o galpão. Mas a EMATER-CE disse que nós não podíamos, porque já tem uma lá na Japuara. Mas, a cerâmica da Japuara beneficia a Japuara, não beneficia a nós. Nós não temos uma fonte de renda. Falei, também, para montar uma fábrica de carnaúba, para derreter cera. Aí a EMATER-CE disse que não, porque já tem uma lá nos Targino (a quase cinco léguas)” (Sr. João, 72a, Campos do Jordão, 2002).

O depoimento indica as condições naturais presentes no assentamento para o desenvolvimento de pequenas fábricas camponesas, mostrando a possibilidade das fábricas de cerâmica e de carnaúba. Nessa última, a idéia é a de que com mais trabalho, é possível produzir a cera, agregando mais valor ao produto e, assim, conseguir uma melhor renda. Porém, a burocracia tem dificultado a ocorrência das fábricas camponesas.

O relato camponês indica, ainda, o fato de que no sertão do Nordeste não dá para pensar que só a atividade agrícola supre as necessidades camponesas. A unidade camponesa, nessa região, necessita, muitas vezes, do trabalho com o extrativismo mineral e outras formas de trabalho. Como nem todos os assentamentos estão providos de unidades artesanais, a instalação de pequenas fábricas é vista como um projeto que teria sucesso se tivesse investimento.

O trabalho coletivo apareceu, ainda, no espaço de extrativismo vegetal, a partir da atividade de corte da palha da carnaúba, uma atividade que pode ser feita coletivamente. O corte da palha é feita pelos próprios assentados ou com trabalho assalariado, nos casos em que houver o arrendamento da palha da carnaúba.

De acordo com **Andrade**³⁷,

“a carnaubeira é uma palmeira que recobre grandes áreas dos vales secos do Nordeste (...) e sua grande importância acontece devido a multiplicidade de utilidades que apresentava. A madeira forte, as fibras sedosas que servem para fios de corda, o miolo das folhas, após cozidas vira legume e as folhas inteiras servem de forragem para o gado. A colocação da cera no mercado internacional levou a sua valorização e despertou interesse dos proprietários de carnaubais, e a extração de cera passou a ser uma importante atividade do calendário agrícola de estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí”.

No Ceará, a carnaúba tem seu lugar na cultura camponesa. Os carnaubais no interior dos assentamentos estão sendo mantidos e aproveitados. Dificilmente se viu o corte dessa palmeira e só é cortada para venda, no caso de uma situação de limite da sobrevivência. A prática de arrendamento da palha da carnaúba tem sido uma constante nos assentamentos.

De acordo com **Kautsky**³⁸, “no sistema de arrendamento, (...) a agricultura pode revestir-se inteiramente do caráter capitalista”. A prática de arrendamento é uma forma de exploração plenamente capitalista, porque o arrendamento está na base do desenvolvimento do capitalismo no campo.

No depoimento de um camponês sobre o uso dos carnaubais, a prática de arrendamento da carnaúba apareceu como uma atividade que gera renda para a comunidade.

³⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1986. p.161.

³⁸ KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Proposta editorial, São Paulo, 1980. p.217.

“O carnaubal é da comunidade toda. A pessoa lá de fora vem e compra a palha, compra a palha para utilizar ela. Compra a palha no pé. Aí ele vai derrubar, toda a mão-de-obra é dele. Eles, que arrendam a palha, têm a base de quantos milheiros dá um carnaubal. Ele olha para o carnaubal e diz assim: ‘esse carnaubal aqui dá tantos milheiros’. Esse ano não vamos arrendar. Esse ano vamos derrubar a carnaúba. Nós vamos tirar a palha da carnaúba. Ano passado nós arrendamos mas foi muito barato (quatrocentos reais a palha do plantio todo. Cem, duzentos milheiros de palha). Saiu na faixa de dois reais o milheiro de palha. Esse ano nós resolvemos não arrendar. Vamos derrubar, derrubar a palha, cortar na máquina e vender o pó (o pó serve para fazer a cera). Não vamos derreter porque é dispendioso e não temos a prensa. Se nós fôssemos vender a cera já seria outro preço” (sr. Francisco, 57a. Campos do Jordão, 2002).

Nesse caso, os camponeses arrendam o carnaubal, por um curto espaço de tempo: o tempo do corte da palha. A prática do arrendamento, nesse caso, se mostrou invertida, voltada para o favorecimento dos camponeses. Isto porque o capitalista comerciante ou intermediário, ao arrendar a palha da carnaúba, pagou parte da renda da terra capitalista para os camponeses. E, esses, por terem a propriedade comum da terra, puderam apropriar-se também da renda.

Para **Kautsky**³⁹, “o sistema de arrendamento oferece, ainda, a vantagem de proporcionar ao proprietário fundiário a possibilidade de escolher, como rendeiros, os concorrentes mais hábeis e com recursos mais consideráveis”.

Nos assentamentos cearenses, essa vantagem tem sido percebida e aproveitada pelos camponeses. E, ela tem contribuído para que, alguns assentamentos, todos os anos, adotem a prática do arrendamento da palha da carnaúba.

“Todo ano a gente arrenda para os proprietários. Parece que está R\$ 50 (cinquenta reais) o milheiro” (Sr. Francisco, 36a. Santa Rita, 2002).

Os carnaubais são arrendados para grandes e pequenos proprietários de terras que contratam diaristas para fazer o trabalho de corte da palha da carnaúba. A palha seca serve para confeccionar artesanato, serve de forragem para o gado e, quando cortada na máquina, a partir do pó pode ser fabricada a cera da carnaúba.

A prática de arrendamento nesses assentamentos abre a possibilidade da existência de uma relação capitalista. Porém, esse arrendamento está atrelado à

³⁹ Ibid.

lógica camponesa, uma vez que a renda servirá para aquisição de alimentos para o consumo da unidade de produção familiar. Trata-se do fato de que como camponeses proprietários possuem a condição para cobrar do arrendatário capitalista a parte da renda capitalista da terra do mesmo.

Assim, como no carnaubal, o arrendamento da forragem e/ou restolho dos roçados, usado na alimentação do gado, tem acontecido.

“Digamos assim, essa baixa aqui, nós arrenda para quem quer botar o gado. Aí nós arrenda aquela parte ali, arrenda a sobra do milho, capim que nós plantamos. Esse ano nós ia arrendar para o filho do ex-dono desse terreno. Nós pedimos dois mil e quinhentos, ele achou caro. Mas, ele está achando caro e, barato nós não vamos dar, não! Disse que quer só a área do açude.

Chega uma pessoa lá de fora e diz: ‘você quer quanto nessa forragem?’. A gente diz: ‘é tanto’. Se ele der, ele chega e bota os animais dele aqui dentro, só para comer a forragem. Comeu, tirou e acabou. Às vezes a gente não tem o animal e aí arrenda para não perder. Se não arrendar, quando chover acaba tudo” (Sr. Gleidson, 36a. Campos do Jordão, 2002).

Portanto, o arrendamento da carnaúba e da forragem são formas de que o campesinato se utiliza para adquirir dinheiro e, assim, manter a unidade camponesa nos assentamentos sertanejos.

O uso coletivo da terra tem acontecido em espaços de lavouras diversificadas e espaços de extrativismo vegetal. O trabalho coletivo na terra ocorre nos cultivos de mandioca, milho e feijão, nos cultivos das plantas de forragem: capim, cana-de-açúcar e palma, e na produção de mercadorias voltadas para a comercialização: a farinha de mandioca, o coco-da-baía e o caju. No extrativismo vegetal este trabalho é feito com o arrendamento da palha da carnaúba e da forragem do feijão, de milho e algodão, gerando dinheiro para as comunidades.

Por fim, as diferentes formas de organização da produção agrícola vêm configurando espaços diferenciados, mantidos e redefinidos a partir da lógica camponesa no sertão do Ceará. As fotos 06 e 07 a seguir destacam, respectivamente, o trabalho coletivo dos camponeses na preparação da terra para o plantio e a simultaneidade da produção coletiva e individual (familiar) nos coqueirais.



Foto 07 – O trabalho coletivo nas “terras de baixa”. Assentamento Feijão. Canindé - Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.



Foto 08 – Produção coletiva do coco-da-baía em consórcio com a produção individual da mandioca. Assentamento Cauassu. Acaraú – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

5.3 – A prática de ajuda mútua.

A prática de ajuda mútua é uma forma de cooperação que ocorre entre os camponeses dos assentamentos como uma prática antiga das famílias. A troca de dias de serviço entre os donos dos roçados tem a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita a ajuda dos

vizinhos, que vêm juntos realizar o trabalho. A fabricação de farinha de mandioca, é um exemplo disso. Várias pessoas são convocadas para ajudar na arranca da mandioca e no preparo da farinha.

Uma família, com um hectare de mandioca em uma arranca normal, pode fazer duzentos e cinqüenta quilos de farinha e uns noventa quilos de goma. Em média, na farinhada é preciso dois arrancadores, um preneiro, um forneiro, um cargueiro, quatro raspadeiras e uma cozinheira para cuidar da comida. No final, são dez pessoas para produzir a farinha. O processo acontece da seguinte forma.

“Se você quer raspar a mandioca no Sábado, então, você começa a arrancar Sexta-feira a tarde. Na Sexta-feira, a tarde, você já bota a mandioca na casa de farinha, Sábado você vai de manhã com os arrancadores, terminar de arrancar a mandioca, o cargueiro, leva a mandioca para a casa de farinha e aí as raspadeiras passam a raspar a mandioca. Quando termina de raspar a mandioca, aí o preneiro vai espremer no tanque aquela massa misturada com água que é para dali sair a goma. Espreme um tanque cheio com água. Aí ali se assenta uma goma. Depois que passa três horas ou três horas e meia, aí a goma está assentada todinha no fundo do tanque. Então, as pessoas vêm escorrem aquela manipueira, depois umas começam a botar água e outras passam a mexer a goma, no sentido de desmanchar a goma. Bota água para desmanchar aquela goma toda. Com o tanque quase cheio de novo, deixa novamente a goma assentar. No outro dia o forneiro começa a preparar o forno e as outras pessoas vão escorrem aquela água do tanque. Aí lava por cima, tira aquela borra mole que fica em cima, imprensa a goma e depois de imprensada bota em outro tanque. Aí fica a goma pronta para ir para o sol. Essa goma pronta, passa o dia no sol, quando é a tardinha, peneira a goma toda, uma parte faz tapioca e a outra parte bota para secar e torrar, pronto, está feita a farinha. A comida desse povo todo é feita por uma cozinheira” (d. Helena, 32 a, São Felipe, 2004).

De acordo com o depoimento, na produção da farinha de mandioca há uma divisão de trabalho que reúne vizinhos e parentes. É comum a presença de adultos no desenvolvimento das atividades, mas também velhos e crianças participam da farinhada. Entre o plantio e a colheita decorre em média de seis a doze meses. As famílias camponesas se preparam para a produção da farinha, negociando com o grupo os dias de trabalho que serão trocados, pois, se iniciado o preparo do produto, não há como parar sua fabricação. Daí ser “regra” de todos o fato de “se o dia é do coletivo e o agricultor está na farinhada, ele fica para dá o dia dele depois” (Sr. Genu, 57a. Cauassu, 2003).

Todo esse trabalho realizado entre vizinhos que, também, são parentes, é permeado pela descontração nas conversas. A retribuição é posta entre as

famílias, diretamente, entre a família que recebeu e àquela que ajudou, seguindo o critério da troca de dias de serviço.

A casa de farinha é um equipamento da comunidade onde ocorre a prática de ajuda mútua, via trabalho, que ocorre com a troca de dias de serviço. A farinhada pode ocorrer entre os assentados e entre esses e as comunidades vizinhas. Assim, a casa de farinha, vez por outra, é alugada para pessoas de fora, gerando renda para o assentamento.

“Quando a casa-de-farinha está parada, a gente aluga. Eles pagam uma taxa com 30 quilos de farinha. Trinta quilos eu acho que é um pouco exagerado. Porque 30 quilos de farinha vale em torno de R\$ 10 (dez reais). Mas, é justo porque para os de fora é 30 quilos e os sócios pagam 15 quilos. A gente junta os quilos de farinha e vende para pagar a energia consumida, é comprado giranda, é comprado prato, bacia, colher, vaso para botar água, balde, cangalha, comida dos animais, casuá, ajeita as carroça. É para isso que serve a renda da casa-de-farinha daqui” (Sr. Mauro, 48a. Ana Veríssimo, 2002).

No geral, quem aluga as casas de farinha são famílias de pequenos produtores interessadas na fabricação da farinha de mandioca. Assim, há uma preocupação por parte dos assentados em não explorar os “de fora”, que, também, são camponeses.

O aluguel da casa de farinha tem sido uma forma de se conseguir produtos para o grupo, que são transformados em dinheiro, para cobrir despesas que ocorrem com o desgaste do material utilizado no assentamento e, sobretudo, na própria casa de farinha. Nessas fabriquetas, aos poucos modernizadas, a introdução de máquinas não reduziu a necessidade de braços no trabalho de produção da farinha de mandioca.

Tal qual acontece com os camponeses no Sul do país, estudados por **Tavares dos Santos**⁴⁰, a prática de ajuda mútua que ocorre nos assentamentos estudados no Ceará cobre uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir somente com o trabalho familiar, e, muito menos, com o assalariado. Dessa forma, a prática de ajuda mútua tem sido fundamental para a reprodução da unidade familiar, ocorrendo freqüentemente no assentamento devido à alternância no ciclo da mandioca entre as famílias.

⁴⁰ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984.

As fotos 09 e 10 destacam a prática de ajuda mútua na produção da farinha de mandioca em diferentes situações.



Foto 09 – Prática da farinha em casa-de-farinha manual. Assentamento São Felipe. Acaraú – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.



Foto 10 – Farinhada em casa-de-farinha mecanizada. Assentamento Cauassu. Acaraú – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

5.4 – O uso individual (familiar) da terra.

O uso individual (familiar) da terra ocorre motivado pelo uso da força de trabalho familiar. A importância do trabalho familiar na unidade de consumo e produção camponesa é um elemento que vem sendo alertado há pelo menos um século de história. **Shanin**⁴¹, ao estudar o campesinato russo do final do século XIX e início do século XX, afirmou “la exploración familiar es la unidad básica de propiedad, producción, consumo y vida social campesinas”. Essa análise trouxe elementos que servem de explicação para o campesinato do sertão nordestino brasileiro, na medida em que ele é entendido como uma classe social presente na sociedade moderna.

Nos assentamentos estudados, a unidade de consumo e produção camponesa se projeta no trabalho familiar. Um trabalho, que, também, é de todos e onde os membros da família possuem uma importância ímpar.

“Trabalha só eu e os meus dois filhos. Mas, dá para gente dar de conta, porque o animal ajuda a gente a cultivar e fica mais fácil. Pelo menos um animal faz o serviço de dez homens em um dia. Aí, fica só uns matinhos no campo livre e a gente dá conta” (Sr. Antônio, 72a. Juá, 2002).

Esse relato aponta para a compreensão de um uso individual na terra alimentado pelo trabalho familiar. O chefe da família, juntamente com os filhos, aparece como a força de trabalho que mantém a unidade de consumo e produção camponesa. As mulheres aparecem como uma espécie de reserva de mão-de-obra familiar. O espaço de uso individual (familiar) da terra é assumido de fato por toda a família. Daí, o individual ser familiar.

Tavares dos Santos⁴², ao analisar o conjunto de elementos caracterizadores da produção camponesa no Sul do Brasil, apontou particularmente para o fato de que, ao ser envolvida pelo processo de produção em cooperação, a família camponesa incorpora o trabalho na figura do trabalhador. Cada pessoa da família camponesa desempenha uma atividade de acordo com a necessidade do momento, e esse familiar é uma forma mais

⁴¹ SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Alianza editorial: Madrid, 1983. p. 278.

⁴² TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Op. Cit. 1984. p. 34.

simples de trabalho de todos. Foi nessa direção, que o autor, amparado em Marx, afirmou ser a família camponesa um “trabalhador coletivo”.

Ao estudar o campesinato russo, **Chayanov**⁴³ indicou pistas para pensar a relação do trabalho da família e sua influência na comunidade. Para ele, “la composición de la familia ejercerán su influencia en la organización de la unidade económica, no sólo cuantitativa sino también cualitativamente. (...) para el campesino el concepto de la familia incluye a las personas que comen siempre en la misma mesa o que han comido de la misma olla”.

Assim, pensar o trabalho familiar na comunidade é entender o conjunto de relações de vizinhança que fazem uso da linguagem de parentesco presente na organização camponesa. Nos assentamentos estudados, a lógica de parentesco informa e organiza o trabalho na unidade de produção camponesa. O vizinho é quase um parente, muitas vezes o compadre, isso quando não é irmão ou primo. Considerando que a família se relaciona com o trabalho desde o núcleo familiar estrito, essa cooperação de pai e filhos se estende para a comunidade.

Conforme **Godoi**⁴⁴, entre as comunidades rurais no sertão do Piauí, o “parentesco é revestido de laços de reciprocidade e caracterizado por uma diversidade de obrigações para com os vizinhos que são também parentes”.

Entre os assentados da “reforma agrária de mercado”, a partir da linguagem de parentesco, se formou um forte laço de solidariedade camponesa.

A explicação camponesa sobre a organização da produção e o uso da terra no assentamento mostrou o uso individual (familiar) da terra, sinalizando para a importância do trabalho familiar em consórcio com o trabalho coletivo, ocorrendo na unidade de consumo e produção camponesa.

Sr. Vavai: - “A divisão básica para o uso da terra são as áreas coletivas: coqueiro irrigado, coqueiro de sequeiro, também, tem área de cajueiro e mangueira irrigados. De certo para o individual tem a vazante. A vazante se divide em pequenas porções de áreas individuais. E além da vazante tem, para uso individual, a área entre os coqueiros sequeiro e irrigado e quando não pode mais, a gente abandona e parte para outro canto, parte para área de mata. Porque no coqueiro, a gente só planta para zelar do coqueiro, quando chega ali com dois ou três anos, ele já não dá mais para plantar mandioca, milho e feijão. Porque ele cresce e faz sombra. Na área irrigada com três anos eles [os coqueiros] já não dá para plantar mais. Na área de sequeiro ele,

⁴³ CHAYANOV, Alexandr V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974. p.48.

⁴⁴ GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p .73.

ainda, dá alguns anos, dá para plantar até de oito a dez anos, não em todos os trechos mas na maioria. Nosso coqueiro irrigado é oito e meio por oito e meio - triangular, em média de 132 plantas por hectares, aí ele fecha ligeiro demais. Quando está com dois anos, ele já está vingando coco. Nós temos área aí que, com dois anos, já abandonamos. Já não dá mais para plantar mandioca, milho e feijão [individual (familiar)]. Fica cuidando só dos coqueiro [coletivo], é uma pena ninguém poder plantar, porque aí de qualquer maneira a gente tem que cuidar dos coqueiro sempre. Cuida perdido, porque não pode plantar consorciado. Quando a gente planta dentro do coqueiro, a gente está aproveitando, limpando o coqueiro e aproveitando a mandioca, o milho e o feijão - consorciado. Mas, quando o coqueiro cresce, aí a gente não pode mais consorciar planta nenhuma, só ele mesmo. Tanto eles [os coqueiros] como a mangueira, como o cajueiro quando cresce não dá mais para consorciar”.

O camponês chama atenção para o uso individual (familiar) que ocorre nas áreas de vazante e nas já citadas “tiras dos coqueirais”, onde as plantas de uso doméstico são cultivadas no espaço deixado entre um coqueiro e outro. É uma parceria possível por um tempo determinado pelo crescimento dos coqueiros.

Com relação ao uso das “terras de vazante” o camponês acrescenta.

Sr. Vavai: “Por exemplo, essa terra aqui, 60% dela é área de baixa. Ela é vazante. E o que é vazante? Vazante é uma área que todo tempo que você quiser plantar ela dá planta, todo tempo. Sem precisar irrigar, ela dá planta por natureza. Por exemplo a cana, o capim, a bananeira, nós temos elas aí direto de inverno a verão. Que haja seca ou que haja chuva, ela não depende, ela sobrevive. Porque elas estão numa área fértil, todo tempo molhada. Nessa área de vazante nós temos diretamente a cana, o capim e a bananeira em alguns trechos. Em outros trechos nós plantamos, somente do mês de abril ao mês de agosto, quando nós plantamos batata, feijão, milho, melão, melancia, cebola, tomate, pimentão, mandioca [individual (familiar)]. Essas plantas nós temos que tirar logo que chover, porque quando chove, cria água.

Aí nós temos que tirar elas, porque se não elas criam água dentro. Agora tem condições de nós plantarmos outras. Agora nós não planta, por quê? Porque nós queremos fazer todo ano duas safras. Nós queremos fazer uma safra de sequeiro, que é a safra do inverno que depende da chuva. Nessa a planta só nasce se tiver chuva - é a planta de sequeiro. E a safra de vazante, ela só dá planta se terminar a chuva. Ela é o contrário. Quando termina a chuva, é que nós planta ela.

Mas se nós quiser deixar elas na época de chuva e na época da seca, nós fazemos os canteiros, fazemos umas levadas [na terra] e aí deixa umas saídas de água, aí todo tempo dá planta, que seja no meio do ‘inverno’ que seja no meio do ‘verão’. Agora como nós queremos aproveitar as duas plantas: a planta do ‘inverno’ e a planta do ‘verão’, aí nós só fazemos levadas aonde nós vamos deixar a cana, o capim e a bananeira. É só onde a gente faz a levada. Os outros nós deixamos mesmo para fazer a planta do verão. Levada? São uns canteiros pequenos, com quadrados levantado em suas laterais com uma altura em torno de 25 a 30 cm, para dar as saídas de água” (Camponês, 48a. Cauassu, 2003).

O depoimento revela o consórcio existente entre a produção individual (familiar) e a coletiva. E, ainda, o espaço das “*lavouras de vazante*” com cultivos do individual (familiar), como a batata-doce, o feijão, o milho, o melão, a melancia, a cebola, o tomate, o pimentão e a mandioca, formando a chamada “*safr de vazante*”, e o capim, a cana-de-açúcar e a bananeira, mantidas permanentemente a partir da técnica de canteiros, e o espaço das lavouras de sequeiro com o milho, a mandioca e o feijão, cultivados em sistema consorciado com as atividades coletivas dos coqueiros, cajueiros e mangueiras, formando, assim, a “*safr de sequeiro*”. Nesses casos, o espaço de uso individual (familiar) adentrou o espaço de uso coletivo. O crescimento das lavouras coletivas tem levado ao abandono do uso individual (familiar), porque, quando os coqueirais crescem, sombreiam as “*tiras*” e fazem da área de coqueiral uma chamada “*floresta morta*”. A busca por outros espaços para o individual (familiar) pode levar as lavouras para o espaço de mata original, mantido como reserva de terras.

O trabalho individual (familiar) também ocorre no espaço considerado reserva de mata, chamado, ainda, de “*área de destoca*” ou “*área de raleação*”. O trabalho de tirar lenha do mato é trabalho individual (familiar), e ocorre nas “*terras soltas*”. Ele é diferente, portanto, da prática de rolar a madeira do roçado, também, trabalho individual (familiar), mas que ocorre nos lotes individuais (familiares).

O trabalho com a retirada de madeira seca para a serraria acontece como uma prática complementar dos rendimentos familiares, conforme a explicação camponesa.

“A gente tira a lenha do mato, rolo de madeira. O rolo de madeira é aquela madeira seca que só serve para fazer a tábua. Aí a gente aproveita aquela madeira seca, para vender na serraria lá em Canindé. O tamanho dela varia, tem de dois metros, de metro, um metro e meio e de meio metro. É um aproveitamento, porque se a gente não cortasse aquela madeira seria perdida porque ela está seca e apodrece aí se acaba e nada. E a gente aproveita ela para não perder” (Sr. Antônio, 27a. Santa Rita, 2002).

Assim, a prática de “*rolar madeira*” no mato, longe de ser uma prática de desmatamento, aparece como uma forma de aproveitamento da madeira seca presente nas áreas de mata nativa.

Como no sertão do Piauí⁴⁵, esse trabalho ocorre entre famílias com poucas condições de fazer a roça. Daí, algumas vezes, a retirada de madeira ser a única opção de trabalho que possibilita condições para o suprimento das necessidades da unidade camponesa.

“Só para se ter idéia, esse ano [2001] não fez uma saca de milho. Algumas famílias desistiram do assentamento por causa das dificuldades de alimentação. Não tem comida, nem leite para as crianças. E, a gente está vivendo da madeira e do arrendamento da carnaúba” (sr. Eugênio, 25a. Campos do Jordão, 2001).

Já a prática de “*rolar a madeira*” nos roçados é uma atividade cotidiana no processo de plantio e de limpeza dos roçados ou capoeiras no trabalho individual (familiar).

“A gente pode vir a rolar madeira da seguinte forma. Quando tem o roçado para plantar, primeiro tem que brocar o mato, a gente desgalha o pau e aí o fogo vem, queima os garranchos e o chão fica, assim, escuro. Depois do fogo, a gente vai e corta o pau, aí depois tira a madeira daquele terreno todo para fora e quando chove planta o feijão, milho e a mandioca. Então, a gente fala que vai queimar o roçado e rolar madeira. A madeira (pau-fino) é para vender. Fica só os tocos no terreno. Aí a gente planta, faz a limpa e quando chega o tempo de tirar a roça, aquele toco já está todo verde. Aí, ele brota todo de novo - a gente chama de capoeira” (Sr. Antônio, 48a. São Felipe, 2003).

Na preparação do roçado, a prática de queimar a terra e de cortar a madeira é uma atividade individual (familiar) que se realiza a cada período de plantio nos lotes individuais. A madeira rolada tem sido vendida para serrarias e fornos de padaria e também é utilizado no consumo diário das famílias, em casa, no fogão à lenha, ou na casa de farinha, além de ser útil no conserto das cercas no assentamento. O dinheiro adquirido com a venda da madeira, também, serve para a compra de mercadorias de consumo da família camponesa.

Em outros assentamentos, o espaço de uso individual (familiar) apareceu aliado a cultivos alimentícios voltados, basicamente, para o consumo doméstico. Para o grupo é preciso cercar para separar as lavouras dos animais.

⁴⁵ Ibid.

Grupo: - "Aqui tem cerca fazendo roda por todo canto. Essas cercas separam os animais dos legumes. O que são cercados são os legumes. Onde você vai plantar, onde você vai criar um animal você passa a cerca, para ele não entrar nos legumes nem sair. Aí fica tudo cercado.

As plantas do coletivo e do individual ficam separadas. Áreas separadas. Milho no coletivo e no individual milho, feijão e fava. E quem pode mais planta capim, bananeira, canteiro de verduras, batata-doce. Quem pode plantar outras coisa, planta" (camponeses, Feijão, 2003).

Sr. Antônio: - No coletivo é só coletivo: milho, capim e planta para forragem. Aí, nas "baixa", também, planta milho e capim, mas é individual, para nós mesmo. Para cada qual dar de comer para os bichos que a gente tem. Agora o coletivo é para todos. No individual, planta cana, feijão, milho, mandioca, planta tudo no mundo. O milho e o capim são plantados tanto no individual como no coletivo. Porque o individual a gente pode ir quebrando para comer e o outro [coletivo] ninguém pode, só pode quando colher tudo, não reparte, ninguém bole. No individual a gente vai comendo logo, se a gente quiser vender, a gente pode vender. E o outro [coletivo] a gente não pode vender, só quando parte. A história do agricultor é essa só sabe plantar milho e feijão. Agora a gente está plantando só mais, nas 'terras baixa'. As 'terras do alto' é para pastagem" (Sr. Antônio, 72a . Juá, 2003).

Nos casos relatados, os camponeses nos revelam que o uso individual (familiar) na terra se divide no espaço de lavouras em "*terras de baixa*" e no espaço de pastagem em "*terras do alto*". No primeiro, espaço de lavouras em "*terras de baixa*", o cultivo do milho, feijão, fava, mandioca, bananeira, canteiro de verduras, batata-doce, capim e cana-de-açúcar formam as denominadas "*lavouras de baixa*". A raridade dos solos e a presença de animais criados soltos nos assentamentos fazem do espaço das "*lavouras de baixa*" um espaço cercado, diferente do espaço de pastagem onde ocorrem as "*terras soltas*".

No segundo, espaço da pastagem em "terras do alto", o uso individual (familiar) apareceu em meio às terras de uso comum. Nessas, dentre os animais encontrados, foi freqüente a presença do gado bovino, das criações (bode, ovelha), do cavalo, do porco, do jumento e do burro. Ao longo dessas terras denominadas "soltas para pastagem", encontrei, também a mata nativa composta pela caatinga com sua diversidade florística, o marmeleiro, a jurema, o sabiá, o pau-branco, o pereiro, a aroeira, o juazeiro, os cactos, o cumaru e a imburana.

Nos Assentamentos Juá, Feijão, Santa Rita e Campos do Jordão, o uso individual (familiar) na terra apresentou também os conceitos de "lavoura em terras de baixa" e "pastagem em terras do alto". As denominações "baixa", "crôa", "altos", "capoeira", aparecem como uma linguagem peculiar da agricultura camponesa feita nas áreas de *pediplanos sertanejos*, onde a geomorfologia do

terreno e os elementos naturais – água, solo e vegetação – têm relação direta com a utilização da terra. As “lavouras em terras de baixa”, também conhecidas como “agricultura de vazante”, e as “lavouras em terras do alto”, ou áreas de capoeira, são atividades produtivas que ocorrem em terrenos que combinam solos diferentes.

Na explicação do camponês sobre a diferença entre as “terras de baixa” e as “terras do alto”, ele revela os tipos de solos que formam o terreno.

“Ave Maria, é diferença muita. Na ‘baixa’, tudo é verde e, no alto, tudo é seco. A ‘baixa’ é plana, tem mais facilidade de trabalhar. O ‘alto’ é cheio de pedra, carrasco, é seco. A ‘baixa’ é mais molhado. A ‘baixa’ é 100%. No ‘inverno’, mesmo sendo o ‘inverno fraco’, na ‘baixa’ dá planta e nos ‘alto’ não” (sr. José, 41a. Feijão, 2003).

As “terras da baixa”, também conhecidas como “baixa”, “crôa” ou “área de várzea”, são terras localizadas no leito dos rios ou nas áreas de inundação dos rios – áreas de várzea, onde pode haver o domínio do *solonetz solodizado* ou do *regossolo*, solos que permitem acumulação de água na maior parte do ano. Por serem áreas mais rebaixadas, quando ocorrem as chuvas, o material mineral de menor textura é carregado para essas áreas, formando um material arenoso e rico em nutrientes para as plantas. Por conter o lençol freático raso, essas terras são mais úmidas que as outras e também mais ricas em termos de fertilidade natural.

O contrário são as “terras do alto”, também conhecidas por “alto”, “área de capoeira”. Nessas terras há o domínio dos *solos litólicos*, solos rasos e pedregosos com afloramento de rocha sob a vegetação de caatinga. O relevo suavemente ondulado contribui para uma maior suscetibilidade a erosão. Por outro lado, a caatinga, que deveria proteger o solo, perde as folhas e, com as chuvas, sem as folhas, a erosão é maior. A deficiência de água na área poderia também ser considerada um fator de impedimento de maior uso desses solos.

Nos Assentamentos Cauassu, São Felipe, Almécegas e Ana Veríssimo as expressões “lavouras de vazante” e “lavouras de sequeiro” são denominações típicas da linguagem utilizada na agricultura feita na *planície litorânea*. Na explicação de uma camponesa sobre a diferença dos solos, ela apontou a razão de ser nos tipos de terrenos presentes no interior do assentamento.

“No córrego fica as ‘terras de baixa’ (um terreno argiloso) onde pode plantar feijão, batateira [batata-doce]. Na área depois dos coqueiros novos, ficam as ‘terra do alto’, área de capoeira. Área de capoeira (terra alta), área da beira do córrego (terra baixa). A diferença é o terreno. Porque na ‘baixa’ o terreno é argiloso, é brejado. E lá na ‘capoeira’ o terreno não é brejado, é um terreno, assim, seco. Terreno arenoso que precisa de adubo e muita água” (d. Suzana, 56a. São Felipe, 2003).

Esse depoimento revela a presença, no assentamento, das “terras de baixa”, também chamadas de “área da beira do córrego” ou “terras de vazante”, e das “terras do alto”, áreas de sequeiro ou de capoeira. Nas primeiras, a concentração das chuvas nos primeiros meses do ano, de janeiro a junho, denominado período chuvoso, regionalmente chamado de “inverno”, juntamente com o afloramento do lençol freático, contribuem para o encharcamento das terras, ricas em solo areno-argiloso, deixando-as com o aspecto de brejo. Daí também serem conhecidas como terrenos brejados. No restante do ano, período seco, há uma certa deficiência de água. O contrário ocorre nas “terras do alto” ou “áreas de sequeiro”, com seus terrenos arenosos e secos compostos de solos *podzólico vermelho-amarelo distrófico*, de baixa fertilidade natural, porém em conjunto com o relevo plano, torna a mecanização possível nessa área.

As características físicas revelaram ambientes distintos que existem simultaneamente no campo cearense. O primeiro, caracterizado pela área de *pediplanos sertanejos*, representando o município de Canindé, e o segundo caracterizado pela área da *planície litorânea*, com ocorrência no município de Acaraú. Tais compartimentações da natureza são fundamentais na relação dos camponeses com as diferentes formas de uso da terra, relações que passam pelo respeito aos limites e à valorização, culturalmente estabelecida, das potencialidades de cada ambiente.

Assim, o uso individual (familiar) está configurado em espaços de lavoura e de pastagem. O trabalho familiar, presente em sua plenitude, leva a crer que a unidade camponesa tende a optar pela diversidade de cultivos e criações como uma estratégia de reprodução, “mesmo que seja um pouquinho de cada para não faltar tudo de vez” (d. Maria, 54a. Feijão, 2002).

Enfim, foi possível compreender o uso comum, o uso coletivo, a prática de ajuda mútua e o uso individual (familiar) como formas de uso da terra que têm se constituído na base da luta pela posse da terra camponesa no sertão nordestino.

Uma batalha travada entre a terra de trabalho contra a terra de exploração do trabalho alheio.

Para **Martins**⁴⁶, as muitas e variadas experiências de resistência e de organização dos camponeses na produção só podem ser entendidas como tentativas de encontrar um caminho que organize a exclusão econômica e política do trabalhador rural, como força e não como fraqueza, e que a organize em torno daquilo que constitui o cerne da sua práxis, que é o trabalho.

As fotos 10 e 11 ilustram dois momentos do trabalho individual (familiar), respectivamente. No primeiro, o foco está na preparação da terra para o plantio e, no segundo, o destaque foi dado a participação dos homens no plantio da produção individual (familiar).



Foto 11 – Preparação da terra para o plantio. Trabalho familiar em lotes individuais. Assentamento Juá. Canindé – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

⁴⁶ MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1986.



Foto 12 – Trabalho familiar em lote individual. Plantio de feijão em “terras de baixa”. Assentamento Feijão. Canindé – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

As experiências de resistência e organização discutidas no sertão do Ceará são formas de uso/trabalho da/na terra que precisam ser mantidas por causa das virtudes essenciais construídas. Primeiro, porque a agricultura camponesa tem passado por um enaltecimento na região. Segundo, porque a família camponesa tem encontrado uma vida de trabalho com autonomia e regularidade, o que tem permitido sua reprodução social. E terceiro, porque a utopia camponesa tem permitido acreditar que a vida sonhada, muitas vezes, pode ter concretização na parcela camponesa do território.

De acordo com as formas de uso da terra mencionadas, as diversas atividades e estratégias desenvolvidas para a sobrevivência dos grupos assentados assumem articulações diferenciadas. Ao tomar como referência os arranjos encontrados, foram constatados casos que indicam a existências dessas formas de uso da terra conjugadas atuando no sentido de manter a reprodução da unidade de consumo e produção camponesa. Segue os tipos de articulações identificadas.

Assentamento Almécegas

A maior parte das terras do Assentamento Almécegas está tomada pela produção de coqueiros. O restante da terra está ocupada com lavouras, frutas e legumes e uma pequena área experimental, com cajueiro gigante e, ainda, uma reserva de terra com mata nativa.

Nota-se que a área com lavouras coletivas e individuais (familiares) é maior que a área de pastagem, e a área produtiva não utilizada é pouco significativa. É comum ouvir nas entrevistas o sonho de “aumentar a produção no assentamento”. De fato, a dificuldade de acesso a créditos bancários e o baixo preço do produto no mercado tem dificultado a expansão dos coqueirais. Não há pecuária, o que caracteriza uma distribuição espacial, praticamente, litorânea.

A utilização da terra é bastante dinâmica, no assentamento, aparecendo, nitidamente, três ambientes. O primeiro é formado pelo predomínio dos coqueiros gigante e anão, produzidos com o trabalho coletivo. Esse uso da terra tem sua produção voltada para o mercado. A renda camponesa gerada com essas atividades geralmente é investida na manutenção de projetos no assentamento. E, ainda, há uma pequena área experimental com cajueiro anão, além da casa de farinha, onde acontece a prática de ajuda mútua com a farinhada, uma atividade bastante desenvolvida no assentamento e mantida com a troca de dias de serviço.

O segundo ambiente é composto pela **agrovila**, com as casas de moradia e os quintais. Nesses é comum muitas frutas e verduras, também, pequenos cercados com animais de criação. A disposição das casas viabiliza a não permanência das famílias nos lotes individuais (familiares). Esses se encontram nos quintais e nas “terras de várzea”, próximas ao córrego do Jatobá e, ainda, nas “**tiras dos coqueirais**”. Os lotes individuais (familiares) são mantidos com o trabalho familiar de cultivo do milho, feijão e mandioca.

O terceiro ambiente é formado pelos coqueiros anões, onde se encontra a convivência do trabalho coletivo e o uso individual (familiar) com o consórcio feijão e mandioca em meio às “tiras dos coqueirais”. Há também uma reserva de mata nativa considerada área de preservação ambiental.

Nesse assentamento coexistem diferentes formas de uso da terra, o uso coletivo, o uso individual (familiar) e a prática de ajuda mútua.

Todos os assentados moram e trabalham no assentamento. Lá, praticamente, não houve desistência e substituições, porque, quando a terra foi comprada já havia coqueiros produtivos, o que garantiu uma certa segurança para as famílias. As famílias desenvolvem um conjunto de atividades que tem permitido manter as suas necessidades mínimas, não havendo, portanto, diferenciação interna significativa no assentamento.

Assentamento Ana Veríssimo

Boa parte das terras no Assentamento Ana Veríssimo está tomada por lavouras produtivas de coqueiros, cajueiros, frutas, legumes e roçados. Como no Assentamento Almécegas, a área produtiva não utilizada é pouco expressiva, o que demonstra um bom aproveitamento da terra.

Apesar do assentamento apresentar uma boa área com lavouras produtivas, foi comum ouvir nos depoimentos reclamações quanto à falta de dinheiro para manter os projetos coletivos, que dependem da irrigação e fertilização dos coqueiros com adubo orgânico (de preferência de frango) de três em três meses. A pecuária pouco expressiva ocorre com o gado leiteiro alimentado com o restolho dos legumes e da mandioca. Esse assentamento apresenta uma distribuição espacial apontando para a interface sertão – litoral.

A utilização da terra se diferencia ao longo do assentamento tendendo a configuração de três ambientes. O primeiro, a exemplo do Assentamento Almécegas, está composto, sobretudo de coqueiros anões e gigantes, possuindo ainda uma área experimental com lavoura de cajueiros produzidos com trabalho coletivo.

No segundo ambiente, como no Almécegas, se encontram as casas de moradia, com seus quintais cercados, sempre utilizados para o cultivo de frutas (banana, mamão, acerola) e para a criação de pequenos animais (galinha, capote). As casas também estão dispostas em forma de agrovilas, e os lotes familiares se encontram nas “terras de várzea”, entre as “tiras dos coqueirais”. Os lotes familiares são compostos de lavouras de legumes, mandioca, frutas e verduras. A casa de farinha, como no assentamento anterior, é utilizada com a prática de ajuda mútua via troca de dias de serviço entre chefes de famílias. A farinhada também é uma atividade bastante desenvolvida pelas famílias. Há, ainda, o arrendamento da casa de farinha feito entre camponeses das vilas rurais próximas e assentados. O dinheiro adquirido nessa relação serve para o aviamento da pequena fábrica. Nesse ambiente, há também coqueiros gigantes, produzidos com o trabalho coletivo, voltado para a comercialização. A renda camponesa gerada com essas atividades não tem dado para investir na

manutenção dos projetos no assentamento devido às dificuldades e a resistência de manter o trabalho coletivo e à baixa no preço do coco-da-baía no mercado.

A exemplo do Assentamento Almécegas, no meio dos coqueirais é comum a presença do cultivo de mandioca, milho e feijão, através do trabalho individual (familiar), fazendo com que, em meio ao espaço de uso coletivo aconteça, também haja o trabalho e a apropriação individual (familiar).

Um terceiro ambiente é formado por áreas distintas: uma área de pastagem com mata nativa usada para soltar os animais, uma pequena área com cajueiro precoce e uma outra com roçados onde predominam a mandioca e o consórcio milho e feijão.

Há a presença simultânea das formas de usos comum, individual (familiar), prática de ajuda mútua e coletivo. O uso comum da terra acontece com base em interesses internos dos assentados, através da pastagem do gado e animais de carga nas “soltas”. O uso individual (familiar) ocorre com os cultivos de frutas (banana, melancia, melão), verduras, legumes (milho, feijão) e mandioca, nas “terras da várzea” do córrego Ana Veríssimo.

Essa estrutura de utilização da terra está em mudança, tendendo ao reforço das lavouras de cajueiros e coqueiros anões.

Como no Almécegas, a terra do Ana Veríssimo foi comprada com pés de coqueiro e cajueiro produtivos. É comum ouvir nos depoimentos “esta terra, além da gente conhecer, ela tinha 900 pés de coqueiros produzindo, 300 pés de cajueiros produzindo. Então, nós já entramos na terra com o pé no chão” (sr. Mário, 34a. 2002). Nem todos os assentados são moradores, mas todos são obrigados a trabalhar no coletivo.

A exemplo do Assentamento Almecégas, o Ana Veríssimo teve desistência e substituições insignificantes, o motivo são os mesmos descritos para o assentamento anterior. As famílias apresentaram atividades que permitem atender às necessidades mínimas, não existindo, portanto, a necessidade do trabalho acessório fora do assentamento.

Assentamento Cauassu

O Assentamento Cauassu apresenta grande parte da terra plantada com lavouras. O restante é pastagem com matas nativas e área com terras de destoca. Como nos Assentamentos Almécegas e Ana Veríssimo, destaca-se, no conjunto das lavouras, a produção de coco-da-baía. É interessante observar que, assim como nos assentamentos já citados, há apenas uma pequena área de terra produtiva não utilizada. A pecuária se restringe a algumas poucas cabeças de gado leiteiro, mantidas em curral, caracterizando uma distribuição espacial, praticamente, litorânea.

A utilização da terra é bem dinâmica ao longo do assentamento, configurando ambientes bem distintos. O primeiro é o contato com o mar, que favorece a instalação de currais de pesca na faixa de praia, extensão dos limites da terra, e a apropriação de parte do manguezal, considerado área de uso comum. Os currais são utilizados para a pesca de peixes, usados no consumo familiar. A proximidade com o mar contribui para que a atividade da pesca ocorra em currais instalados em mar aberto permitindo a esses camponeses, como foi comum ouvir nos depoimentos, *“viver do seco e no molhado”*.

No segundo espaço, se encontra a casa de farinha mecanizada com depósito, e as lavouras permanentes com coqueiros gigantes dispersos, contendo em suas “tiras” os roçados consorciados com mandioca e feijão. Assim, como no Almécegas e no Ana Veríssimo, a prática da farinhada tem sido bastante aproveitada com a costumeira troca de dias de serviço entre as famílias. Na fabricação da farinha de mandioca, o trabalho de ajuda mútua garante a continuidade do costume de fabricar a farinha entre parentes.

No terceiro, a exemplo dos assentamentos anteriores, as casas de moradia estão dispostas em forma de agrovilas, o que favorece a não residência das famílias nos lotes, que se distribuem entre as “tiras de coqueirais”, ao longo de todo o assentamento, e nas “terras de vazante”, com a batata-doce, o feijão, o milho, o melão, a melancia, a cebola, o tomate, o pimentão e a mandioca, e, nas “terras de sequeiro”, com o milho, a mandioca e o feijão, cultivados em sistema consorciado com a produção coletiva. Nos quintais há fruteiras e pequenos animais de criação.

Um quarto ambiente aparece dominado pela produção de coqueiros híbridos com formas diferentes de irrigação (por aspersão e por gotejamento). Todo esse coqueiral mantido com o trabalho coletivo está atravessado por roçados (mandioca e feijão consorciados) individuais (familiares). O coqueiral também divide espaço com alguns pés de cajueiros e mangueiras, além da área de mata nativa e de destoca. A renda camponesa produzida com essas atividades tem servido para a ampliação da área de terras e a manutenção e investimentos nos projetos coletivos no assentamento. Isso tem permitido uma certa acumulação de dinheiro no assentamento.

A exemplo dos Assentamentos Almécegas e Ana Veríssimo, em meio às “tiras de coqueirais”, ocorre o uso individual (familiar). É importante perceber que, com o crescimento das plantas coletivas, sobretudo o coqueiro, há o abandono do uso individual (familiar), porque a sombra projetada pelo coqueiral impede a continuidade de qualquer outra lavoura em suas “tiras”. Por isso, o uso individual (familiar) tende a ir em busca de outros espaços, como a área de pastagem com mata original, mantida como reserva de terras.

Essa estrutura de utilização da terra apresenta uma tendência ao reforço da lavoura do coqueiro híbrido sem risco de redução dos roçados (mandioca, milho e feijão) individuais (familiares).

O Assentamento Cauassu apresenta formas de usos da terra, articulando uso comum, uso coletivo, prática de ajuda mútua e uso individual (familiar). O uso comum tem acontecido com base nos interesses internos dos assentados e ocorre com pesca de curral em mar aberto.

No geral, o Cauassu obteve um número significativo de desistência e substituições, porque há uma triagem constante. As famílias apresentam renda familiar que permite atender às necessidades mínimas e, ainda, acumular, permitindo um grau de diferenciação interno no assentamento.

CROQUI 3

Assentamento São Felipe

O Assentamento São Felipe apresenta a maior parte da terra plantada com lavouras de coqueiros e roçados de legumes e mandioca. A outra parte é composta de pastagem natural, mata de capoeira e casas de moradia. Assim, como no Almécegas, Ana Veríssimo e Cauassu, os coqueirais se destacam no conjunto das lavouras. Não há pecuária de porte no interior do assentamento e as pequenas criações se restringem aos fundos dos quintais.

A utilização da terra é contínua ao longo de todo o assentamento, apresentando também ambientes distintos. O primeiro é formado pela pastagem nativa, rica em espécies naturais de vegetação litorânea, por uma pequena porção de manguezal, e pelo carnaubal, onde acontece o uso comum de interesse dos assentados.

Um segundo ambiente, como nos assentamentos anteriores, é tomado, predominantemente, com a produção dos coqueiros gigante e anão, em que há a ocorrência das “tiras de coqueiros”, fazendo com que o espaço de uso coletivo se realize, simultaneamente, com o uso e apropriação individual (familiar). Há ainda, uma pequena área de milho, feijão e mandioca, cultivados coletivamente em consórcio com o coqueiral. O uso coletivo da terra tem sua produção voltada, sobretudo, para a comercialização. A renda camponesa gerada com esse trabalho tem possibilitado a manutenção dos projetos coletivos no assentamento.

O terceiro ambiente aparece sob o domínio das casas de moradia com seus quintais e a casa de farinha. A exemplo do Almécegas, Ana Veríssimo e Cauassu, o espaço dos quintais são de uso exclusivo familiar. Neles é comum o cultivo de fruteiras (coco, acerola, banana) e verduras. Há, também, nos quintais a criação de animais de pequeno porte, dentre eles os galináceos. Os lotes se distribuem nas “terras de várzea” dos córregos Medeiros e São Felipe e nas “tiras dos coqueirais” e o uso da casa de farinha para a farinhada é uma atividade bastante aproveitada pelos assentados. Trata-se de uma atividade mantida com a prática da troca de dias de serviço entre os donos de roçado, que geralmente, por não ter dinheiro, se juntam à farinhada, trocando os dias de trabalho entre as famílias.

Como nos demais assentamentos, no São Felipe, se verificou a ocorrência de formas de usos da terra articuladas: uso coletivo e prática de ajuda mútua com o uso individual (familiar). O uso individual (familiar) acontece através dos cultivos de milho, feijão e mandioca, nas “terras da várzea”.

Como no Almécegas, todos os assentados moram e trabalham no assentamento. As desistências e substituições foram, igualmente, insignificantes, porque também, quando a terra foi comprada, já havia coqueiros em plena produção. As famílias apresentam uma renda doméstica que permite atender às necessidades mínimas, porém, ainda não permite um grau de diferenciação interno no assentamento.

A estrutura de utilização da terra nesse assentamento está em mudança, havendo uma tendência à ampliação do coqueiro anão irrigado e o aumento da lavoura individual (familiar), sobretudo com a mandioca para a produção de farinha, reafirmando uma não pecuarização de porte. A forte presença de lavouras nos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Cauassu e São Felipe é uma utilização típica de terras litorâneas no Ceará, onde o coco-da-baía tem maior destaque.

CROQUI 4

Assentamento Campos do Jordão

A maior parte das terras do Assentamento Campos do Jordão está tomada por pastagem natural de mata nativa composta por espécies da caatinga. Em meio a essa área se encontra uma pequena porção de terra com plantio experimental de palma cultivada com trabalho coletivo. O restante da terra está ocupada com lavouras do roçado (mandioca, milho e feijão), carnaúbas e área de moradia, onde se encontram alguns equipamentos coletivos como aprisco, curral e galpão de abate.

A área produtiva não utilizada é significativa, tendo relação direta com a falta de investimento governamentais no assentamento. Foi comum ouvir nos depoimentos que os investimentos que chegavam ao assentamento (conserto de cerca, construções de casa, cacimbão e aprisco) não foram “produtivos”. Isso porque, para os camponeses, “*construir aprisco e não investir na compra de cabras, ovelhas e bodes é investimento perdido*”. Para eles, a idéia de produtivo está ligada à possibilidade de assegurar a renda da terra, ou seja, criar um animal é ter assegurado uma renda, que a qualquer momento possa ser utilizada na reprodução da unidade camponesa. Para os técnicos, o termo produtivo está ligado ao valor da produção, ou seja, um equipamento como o aprisco contribuirá para uma maior eficiência da produção camponesa.

A capacidade de exploração da terra pelos camponeses está reduzida pela falta de investimentos financeiros. Os investimentos do governo não se completaram no assentamento, deixando a produção camponesa bem abaixo do esperado.

No conjunto das lavouras, as temporárias (milho e feijão) ocupam a maior parte, e no total da pecuária foi encontrada a relação camponesa conhecida como troca da “vaca pelo leite”. Nessa relação o camponês recebe a vaca de um médio ou grande proprietário para fazer a engorda e em troca se beneficia do leite para o consumo familiar.

A grande mancha formada pelo predomínio da pastagem natural aparenta um uso da terra pouco diversificado, porém em meio a mata nativa ocorre o extrativismo vegetal com a palha da carnaúba, a retirada de lenha para serraria e fornos domésticos e o uso comunal das terras com a pecuária bovina. Essa

utilização da terra das atividades se configura em uma distribuição espacial propriamente sertaneja.

No Assentamento Campos do Jordão ocorrem formas de uso da terra, articulando uso comum, individual (familiar) e coletivo. O uso comum da terra tem acontecido com base nos interesses internos do assentamento e ocorre a partir das pastagens comunais nas “soltas”. O uso individual (familiar) ocorre com os cultivos de feijão e milho, voltados, praticamente, para o consumo da unidade de produção camponesa, e o uso coletivo acontece com a prática de arrendamento da palha da carnaúba e do restolho de plantas. A produção de cultivos voltados para a comercialização é praticamente inexpressiva.

Como nos assentamentos da área litorânea, as casas estão dispostas em forma de agrovilas, casa de moradia e quintal. O quintal, nesse caso, normalmente é cercado devido a presença de pequenos animais e fruteiras. Os lotes individuais (familiares) se localizam nas “terras de baixa” no interior de grandes “mangas”. A maioria dos assentados mora e trabalha no próprio assentamento. No geral, as desistências foram motivadas pela falta de condições de trabalho e medo de ficar devendo a terra. As famílias apresentaram uma renda doméstica que não permite atender as suas necessidades mínimas. Desse modo, os chefes-de-família têm recorrido ao trabalho acessório que ocorre com a proletarização temporária na função de diarista em fazendas próximas. A renda obtida com o trabalho familiar não expressa diferenciação interna entre as famílias.

CROQUI 5

Assentamento Feijão

A utilização da terra não é a mesma ao longo do Assentamento Feijão, que apresenta três ambientes bem definidos. O primeiro se encontra nas “terras de baixa” do riacho Camburão, nas quais há o predomínio das lavouras plantadas em lotes individuais (familiares) para o consumo doméstico, com destaque para os cultivos de milho, feijão e fava⁴⁷. Há ainda o plantio de fruteiras e verduras, além de uma pequena porção de pastagem plantada.

O segundo ambiente é formado pelas casas de moradia, que, como nos demais assentamento, estão dispostas em forma de agrovilas. Em seus quintais, diferente dos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Cauassu, São Felipe e Campos do Jordão, ocorre, exclusivamente, a criação de animais para o consumo familiar como porcos e galinhas.

No terceiro ambiente, há o predomínio das “terras soltas” com uso comum da pastagem comunal e a apropriação comum dos frutos das mangueiras presentes nas “terras de baixa” do riacho Zé da Silva.

No conjunto das lavouras, as temporárias ocupam a maior área, e, no total das pastagens, a natural se destaca, tomando grande quantidade de terras no assentamento. A exemplo do Assentamento Campos do Jordão, a predominância de pastagem natural é bastante comum, apresentando também uma distribuição espacial de domínio sertanejo.

O Assentamento Feijão apresenta formas de uso da terra, articulando uso comum, uso individual (familiar) e uso coletivo. O uso comum da terra é feito com base no trabalho familiar voltado para a reprodução da unidade camponesa. Ele conjuga interesses internos e externos ao assentamento e ocorre com as pastagens comunais nas “terras soltas” e nas “mangas”.

O uso individual (familiar) vem ocorrendo com a produção para a subsistência, através dos cultivos de itens alimentícios como milho, feijão e fava, voltados, basicamente, para o consumo da unidade camponesa. O uso coletivo tem se voltado para a produção de mercadorias, que é, praticamente, inexpressiva. Como no Campos do Jordão, as lavouras se encontram protegidas nas “mangas” da possível invasão dos animais.

⁴⁷ A fava é uma variedade de feijão. Considerada pelos camponeses diferente das demais.

A exemplo do Campos do Jordão, todos os assentados moram e trabalham lá mesmo, e as desistências e substituições foram significativas, devido sobretudo à inversão de papéis de um dos presidentes da associação e a inexistência de projetos que gerem renda no assentamento. As famílias apresentam uma renda doméstica que não permite atender as suas necessidades mínimas. Desse modo, os chefes-de-família recorrem ao trabalho acessório nas cidades de Canindé e Fortaleza, devido ao fácil acesso, pela CE 257. A renda obtida com o trabalho familiar não expressa diferenciação interna entre as famílias.

A estrutura de utilização da terra está em mudança, havendo uma tendência ao reforço das pastagens plantadas e ampliação dos cultivos alimentícios que poderão expandir-se da “baixa” do riacho Camburão para a do riacho Zé da Silva. Essa é uma forma de utilização da terra típica do sertão cearense, onde a pastagem tem maior destaque na paisagem.

CROQUI 6

Assentamento Juá

O Assentamento Juá tem a maior parte de suas terras ocupada por pastagem natural. A outra parte se divide em área das lavouras, casas de moradia e pastagem plantada. É interessante observar que, assim como nos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão e Feijão, as áreas com cultivo de lavouras se encontram nas “terras de baixa”.

Das lavouras, as temporárias ocupam a maior área, e com relação às pastagens, a natural, composta pela mata nativa da caatinga, supera a plantada. Assim, como no Campos do Jordão e no Feijão, a ocorrência da criação de animais nas “terras soltas” é resultado das condições sócio-ambientais e culturais, o que favorece nesses assentamentos uma chamada distribuição espacial sertaneja.

A utilização da terra no Assentamento Juá apresenta três ambientes distintos. O primeiro é as “terras de baixa” dos riachos Cangati e Logradouro, onde há um grande predomínio das lavouras em detrimento das pastagens. O espaço da lavoura é um espaço cercado, ao contrário do espaço de pastagem que é um espaço “solto”. A exceção ocorre no período seco, quando a pastagem dos animais é feita nas “mangas”. O espaço de uso individual (familiar) é voltado para o cultivo de lavouras, sobretudo para o consumo familiar, com o plantio de milho, feijão, fava e mandioca.

O segundo ambiente está formado por uma imensa mancha de pastagem natural, onde a lavoura, em condições naturais, dificilmente consegue penetrar. Em parte significativa dessa área, como no Assentamento Feijão, ocorre o uso comum da terra, conjugando interesses internos e externos ao assentamento, realizado a partir das pastagens comunais nas “terras soltas” e das lavouras e pastagens coletivas nas “mangas”. Essa relação tem feito do espaço das “mangas” um espaço misto com lavouras e pastagens coletivas.

O terceiro ambiente é formado pelas casas de moradia e seus quintais, cercados ou não. A exemplo dos Assentamentos Campos do Jordão e Feijão, nos quintais há o predomínio da criação de pequenos animais como porcos, galinhas

e capotes. As casas, em sua maioria, estão próximas umas das outras e os lotes se encontram muito bem distribuídos nas “terras de baixa”, protegidas no interior de grandes “mangas”.

A exemplo dos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Cauassu, São Felipe, Campos do Jordão e Feijão, no Juá acontece a articulação das formas de uso da terra comum, coletivo e individual (familiar). Lá ocorre o uso comum das “terras soltas” com a criação do gado bovino, do porco do mato, do cavalo, do jumento e do burro, os três últimos considerados animais de carga. O trabalho coletivo acontece com o cultivo de forragem (capim e palma) e a criação de animais como cabra, ovelha e bode, que se alternam entre as “terras soltas” e as “mangas” e está voltado para a comercialização.

Como nos Assentamentos Almécegas, São Felipe e Feijão, todos os assentados moram e trabalham lá mesmo, havendo poucas desistências e substituições. A exemplo do Ana Veríssimo, Cauassu e São Felipe, as famílias apresentam uma renda familiar que permite atender as suas necessidades mínimas sem que os chefes-de-família tenham que recorrer ao trabalho acessório. A renda camponesa obtida com o trabalho familiar também não permite um grau de diferenciação interno entre as famílias assentadas.

A estrutura de utilização da terra do Assentamento Juá está em mudança, havendo uma nítida tendência ao reforço da pastagem plantada devido à implementação do projeto de caprinocultura. Essa tendência não caminha para as “terras de baixa”, onde o uso é, praticamente, exclusivo das lavouras de subsistência. Conforme dito anteriormente, o predomínio das pastagens em Assentamentos como o Campos do Jordão, o Feijão e o Juá é uma forma de utilização da terra tipicamente sertaneja.

CROQUI 7

Assentamento Santa Rita

O Assentamento Santa Rita apresenta a maior parte das terras ocupada por pastagem natural. A outra parte é ocupada por lavouras e matas de capoeira, além das casas de moradia e da fábrica de tijolos. No conjunto das lavouras, as temporárias são as mais produzidas. Em termos de pastagem, a natural é a predominante.

A exemplo do Assentamento Campos do Jordão, a grande mancha formada pela pastagem natural no Santa Rita esconde um uso da terra bem diversificado, formando diferentes ambientes. O primeiro está presente em todo o assentamento e é formado pela pastagem natural rica em espécies nativas da caatinga. Essa é uma área de uso comum da terra feito com base nos interesses internos dos assentados, ocorrendo a partir das pastagens comunais nas “terras soltas” e nas “mangas”. Na maioria das vezes foi visto animais de carga pastando nas “terras soltas”. Além da pastagem de animais, nessa área, ocorre a retirada de lenha para as serrarias e fornos da olaria e doméstico. Também, há uma pequena área com lavouras coletivas em fase experimental. Assim como nos Assentamentos Campos do Jordão e Feijão, no Santa Rita, há resistência ao trabalho coletivo na lavoura.

O segundo ambiente é formado pelas atividades restantes. As lavouras em lotes individuais (familiares) ganham importância em detrimento da pastagem. Das lavouras cultivadas, o milho, o feijão e a mandioca se destacam nos roçados próximos aos açudes da Manga e o da Cobra. A exemplo do Campos do Jordão, Feijão e Juá, os cultivos são, praticamente, para o consumo da unidade de camponesa e se encontram, muitas vezes, no interior das “mangas”, portanto, protegidos do assalto dos animais.

Assim, como no Assentamento Juá, no Santa Rita as casas de moradia estão próximas uns das outras, não chegando a formar uma agrovila. Nos quintais há fruteiras e plantas de forragem (cana-de-açúcar e capim), além da criação de pequenos animais.

Vale ressaltar, ainda, nesse segundo ambiente, a presença de uma pequena fábrica de cerâmica de uso coletivo para produção de tijolos e três apriscos construídos para receber o projeto de caprinocultura, aprovado para o

assentamento em 2003. O início do projeto de caprinocultura, com a construção dos apriscos, tem animado o trabalho coletivo. Outro trabalho coletivo é feito a partir de pequenas plantações de milho, feijão e mandioca, que aparecem como tentativas experimentais de se desenvolver o coletivo na lavoura.

No Assentamento Santa Rita, como nos demais assentamentos, ocorrem formas de uso da terra, articulando uso comum, uso individual (familiar) e uso coletivo.

Assim como no Ana Veríssimo, Cauassu e Campos do Jordão, nem todos os assentados moram no assentamento, mas, necessariamente, ali trabalham. Também, como no Almécegas, Ana Veríssimo, São Felipe e Juá, as desistências e substituições foram poucas, e ocorreram, sobretudo, devido às dificuldades econômicas e à situação de incerteza devido à questão do pagamento da terra.

As famílias também apresentam uma renda familiar que, muitas vezes, não permite atender as suas necessidades mínimas, fazendo com que os chefes-de-família recorram ao trabalho acessório em Fortaleza e em Canindé, também devido ao fácil acesso. A renda obtida com o trabalho familiar não expressa diferenciação interna entre as famílias.

Com a chegada do projeto de caprinocultura no Santa Rita, a utilização da terra deverá ser alterada. Como no Juá, deverá haver uma tendência ao plantio de forragem para alimentar os animais. A tendência à pecuarização, nos Assentamento Campos do Jordão, Juá, Feijão e Santa Rita, não compromete as lavouras da unidade de consumo e produção familiar. Essa é uma forma de utilizar a terra propriamente sertaneja.

CROQUI 8

Embora o objetivo dessa pesquisa não seja a comparação entre os assentamentos foi feita uma apresentação separadamente de cada um deles para que as diferenças e semelhanças fossem melhores observadas.

As características dos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Cauassu, São Felipe, Campos do Jordão, Feijão, Juá e Santa Rita em quase nada os diferenciam de um programa de reforma agrária, via desapropriação de terras feito pelo INCRA. Porém, há componentes que refletem a política “reforma agrária de mercado”.

O primeiro é a constituição dos assentamentos em terras produtivas. Como visto anteriormente, na reforma agrária, terras produtivas não podem ser desapropriadas. No caso da “reforma agrária de mercado”, isso aconteceu, favorecendo os proprietários de terra rentistas.

O segundo é a forma compulsória da associação e do trabalho coletivo. Isso existe como uma forma de trabalho imposta, que aos poucos e com muitos conflitos, tem vingado nos assentamentos de forma mista, isto é, agregando coletivo e individual (familiar). A intervenção do Estado no processo produtivo existe na forma compulsória como está posto o trabalho coletivo. E essa é uma especificidade dos assentamentos da “reforma agrária de mercado” que dificilmente conseguirá se firmar sem conflitos.

Tem sido um trabalho coletivo diferente, portanto, do ocorrido nos “campos comunitários”⁴⁸ do Assentamento Maceió no Ceará, que nasceu na luta pela terra e foi fortalecido pelo trabalho de “evangelização” da Igreja Católica, através das Comissões Eclesiais de Base com alianças políticas e estratégias de sobrevivência. Ou ainda do projeto cooperativista implementado pelo MST no Assentamento Promissão em São Paulo, através da Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares (COPAJOTA)⁴⁹. Trata-se de um projeto construído pelo MST e pelos camponeses no processo de luta pela terra e pela reforma agrária e que teve como objetivo a produção e cooperação coletivizadas. A COPAJOTA nasceu em 1992, com um grande número de famílias e findou dois anos depois, por causa da divisão dos resultados da produção terem sido distribuídos aos associados de acordo com as horas de trabalho. E, também, diferente das tentativas de experiências com trabalho coletivo entre os

⁴⁸ RODRIGUES, Ma. de Fátima Ferreira. Op. Cit., 1994.

⁴⁹ SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1999.

camponeses dos Assentamentos Retiro e Velha em Goiás⁵⁰, que devido a problemas de ordem administrativa não conseguiram vingar.

O trabalho coletivo nos assentamentos da “reforma agrária de mercado”, tem sido uma forma de intervenção do Estado em parceria com o Banco Mundial, que tem imposto relações de produção alheias ao campesinato, visando unicamente a apropriação da renda capitalizada da terra.

A coletivização do trabalho na terra, para esses camponeses, está atravessada pelo controle à liberdade e pela obrigação do trabalho. Essas relações remetem ao tempo do cativo, hoje aparentemente superado com a liberdade no trabalho familiar e a posse da terra. Portanto, uma vez mais, o campesinato demonstra sua capacidade de se adequar às mais variadas situações que lhes são impostas, sem perder sua dignidade expressa em uma lógica de vida própria – a camponesa.

Outra especificidade dos assentamentos da “reforma agrária de mercado” é a compra e o pagamento da terra. Com relação à compra, como dito antes, ela obedeceu à lógica do mercado, segundo a qual a terra é uma mercadoria geradora de renda capitalizada para os proprietários rentistas, diferente da lógica da desapropriação segundo a qual a terra deve cumprir sua função social. Sobre o pagamento da terra, em um programa de reforma agrária, o tempo de retorno do assentamento é muito mais longo, dez, vinte anos a serem negociados com o INCRA. No caso dos assentamentos estudados esse tempo está reduzido para três, quatro anos, teoricamente, sem negociação com o banco financiador.

Assim, a constituição dos assentamentos em terras produtivas, a forma compulsória da associação e do trabalho coletivo e a questão da compra e do pagamento da terra são especificidades presentes nos assentamentos pesquisados que ocorrem como reflexo de uma política de contra-reforma agrária.

No debate sobre o uso comum da terra, uso coletivo, prática de ajuda mútua e uso individual (familiar) em assentamentos da “reforma agrária de mercado” no Ceará, foi possível identificar que os Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe possuem nas unidades de consumo e produção camponesas atividades apoiadas no trabalho familiar. Essas atividades ocorrem sem a preocupação de vender sua

⁵⁰ MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária.** FFLCH/DG/USP, São Paulo, 2000.

força-de-trabalho e tampouco de comprar a de terceiros, a não ser esporadicamente. As unidades familiares se apropriam da terra, com todos os recursos naturais nela entranhados, combinando as áreas onde ocorrem diferentes formas de apropriação das riquezas produzidas: a apropriação familiar, representada pelas lavouras do individual (familiar) e pela área do quintal da casa de moradia, a área de apropriação comum, representada pelo uso das “terras soltas” e das “mangas”, e a área de apropriação coletiva, com as lavouras e criações do coletivo.

Essas formas de produção/ apropriação têm gerado relações próprias de direitos e deveres como a livre escolha do local para a formação de lote, a obrigação do coletivo, ou ainda o acesso e usufruto das “terras soltas” e das “mangas”. Mesmo assim, o trabalho investido em uma dada área não implica na aquisição de direitos particulares de propriedade em caráter definitivo.

No período de cultivo das lavouras do individual (familiar) cada família se organiza para escolher o local mais apropriado para seu roçado. No caso dos assentamentos onde ocorrem a criação de animais soltos, existem as cercas que protegem as diversas lavouras do individual (familiar), dispostas de forma contígua dentro de um grande cercado. Essas lavouras cultivadas são chamadas de roçados do individual ou lavouras do individual. E são justificadas pela possibilidade de o camponês colher o alimento quando quiser, e pela apropriação “privada” dos produtos do trabalho individual (familiar).

No coletivo, as famílias se organizam em grupos para escolher o melhor local para as lavouras e/ou para construir os apriscos. Esses cultivos e criações são chamados de roçados do coletivo e/ou criações do coletivo ou, ainda apenas área do coletivo. Essa área se justificada pela necessidade de manter os “projetos produtivos” dentro do assentamento, manter a terra produzindo. A distribuição das riquezas produzidas por essas atividades, mantidas via trabalho coletivo, são divididas pelo tempo de trabalho de cada membro envolvido, apropriadas coletivamente pelos camponeses assentados.

No desenvolvimento das várias atividades agrícolas nos assentamentos, as famílias estabeleceram entre si diversas formas de cooperação/solidariedade como a prática de ajuda mútua que ocorre via troca-de-dias de serviço entre parentes e vizinhos na farinha.

A autonomia dos grupos camponeses se manifesta do ponto de vista do controle dos meios de produção e do processo de trabalho, mas também algumas vezes, na comercialização dos produtos, quando eles podem escolher para quem vender seus produtos. De uma maneira geral, a subordinação dos grupos ocorre no momento da comercialização com o intermediário da produção e, ainda, na compra das mercadorias de que necessitam no dia-a-dia.

Um traço marcante das regras de uso da terra e da lógica que organiza a produção desses camponeses são as expressões da linguagem: terras de uso comum, terras do individual e terras do coletivo. O significado dessas expressões pode ser visto no não parcelamento do assentamento em lotes individualizados, o que permite às unidades familiares a livre escolha de onde trabalhar o seu roçado.

Em resumo, o assentamento como parcela camponesa do território indica uma categoria que abarca um conjunto de articulações com diferentes formas de usos e distribuições e apropriações da terra, que se definem na relação família, terra e trabalho, sendo a liberdade parte constitutiva desse componente. A razão dessa relação está no sustento da vida camponesa. Um sustento que se define tanto na garantia do pão de cada dia como na reafirmação da ética/moral camponesa.

Através dessa análise, procurei verificar o significado das articulações entre as diferentes formas de trabalho na reprodução familiar, a partir de então, buscarei compreender a dinâmica sócio-econômica e política da unidade de consumo e produção na parcela camponesa do território.